



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

SIDNEI ANTÔNIO CATTELAN

**UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS,
CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS: COMUNIDADE
DE IJUCAPIRAMA**

CRUZ ALTA/RS

2016

SIDNEI ANTÔNIO CATTELAN

**UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS,
CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS: COMUNIDADE
DE IJUCAPIRAMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jana Koefender

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

CRUZ ALTA/RS

2016

SIDNEI ANTÔNIO CATTELAN

**UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS,
CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS: COMUNIDADE
DE IJUCAPIRAMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Cruz Alta, 26 de fevereiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Jana Koefender.....UNICRUZ

Dr^o Diego Pascoal Golle.....UNICRUZ

Dr^a Sandra Beatriz Vicenci Fernandes.....UNIJUÍ

Dedico este trabalho às pessoas que fazem parte do meu projeto de vida que são minhas filhas Victória, Maria Eduarda, minha esposa Ivete Bayer e a meus Pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e, de uma forma muito especial, à minha Família que soube me entender e me apoiar nesta caminhada; aos meus colegas de curso, em especial aos que juntos viajamos por diversas vezes para estarmos presentes às aulas e orientações; à minha orientadora pela sua sabedoria, paciência e disponibilidade; às famílias entrevistadas por terem me recebido em suas propriedades e aceitado participar das entrevistas; à equipe PPG / Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ.

RESUMO

UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARIQRS: COMUNIDADE DE IJUCAPIRAMA

Autor: Sidnei Antônio Cattelan

Orientadora: Prof^a Dr^a Jana Koefender

Coorientadora: Prof^a Dr^a Solange Beatriz Billig Garces

Neste trabalho, objetiva-se verificar nas unidades de produção familiares as transformações sociais, culturais e econômicas, tendo como fonte de pesquisa a comunidade de Ijucapirama, localizada no terceiro distrito do município de Jaguari/RS. O estudo constitui-se numa análise da dinâmica da agricultura familiar, do envelhecimento rural, do êxodo rural e das políticas públicas, responsáveis pela atual lógica de organização, composição e disposição dos meios de produção, do futuro das comunidades rurais na visão dos agricultores familiares e das entidades que os representam. Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se, em um primeiro momento, uma pesquisa exploratória, envolvendo materiais técnicos, científicos e a aplicação de um questionário com entrevista semiestruturada que envolveu 21 agricultores familiares da comunidade e os representantes das entidades envolvidas com a agricultura familiar. Após, fez-se a produção de dados que foram analisados e interpretados de forma qualitativa, o que permitiu obter um esboço das transformações culturais, sociais e econômicas da comunidade, possibilitando a projeção das possíveis tendências da atividade rural na comunidade. Por meio da análise desenvolvida, verificaram-se os seguintes resultados: meio rural sofreu mudanças em relação à sua população (êxodo rural), na forma de trabalhar a terra (mecanização), nas relações interpessoais e comunitárias; excesso de migração para o centro urbano na busca de novas alternativas de vida, deixando no campo uma população envelhecida. Disso segue-se que houve uma redução da força de trabalho e uma grande perda de afinidade com as atividades rurais, ocasionando um desânimo por parte dos atuais moradores, especialmente em relação às políticas públicas (política de preço e de crédito). A manutenção das atividades rurais e da comunidade, enquanto espaço rural, gera incertezas nos atuais moradores, pois a sobrevivência e a permanência na atividade da agricultura familiar impactam diretamente nas questões sociais, culturais e econômicas no próprio município onde ela está inserida.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Êxodo Rural. Transformações Rurais.

ABSTRACT

PRODUCTION UNITS FAMILY, CHANGING SOCIAL, CULTURAL AND ECONOMIC IN THE CITY JAGUARI-RS: IJUCAPIRAMA COMMUNITY

Autor: Sidnei Antônio Cattelan

Orientadora: Prof^a Dr^a Jana Koefender

Coorientadora: Prof^a Dr^a Solange Beatriz Billig Garces

The objective of this work, check on family production units social, cultural and economic changes, and as a research source Ijucapirama community, located in the third district of the municipality of Jaguari, RS. The study involved an analysis of the dynamics of family farming, rural aging, rural exodus and public policies are responsible for the current logic of organization, composition and disposition of the means of production, and the future of rural communities in view of family farmers and the entities that represent them. For the development of the work, there was, at first, an exploratory research involving technical materials, science and the application of a questionnaire with semi-structured interviews involving 21 farmers of the community and representatives of those involved with the family farm . It was made after the collection of data that has been analyzed and interpreted in a qualitative way, allowing obtain an outline of the cultural, social and economic community, enabling the projection of possible trends of rural activities in the community. Through the analysis developed, it could be seen as a result that the countryside has undergone changes in relation to its population (rural exodus), in the form of working the land (mechanization), interpersonal and community relations, and there was much migration to the center urban in search for new alternatives of life, leaving the field an aging population. Consequently, a reduction in the workforce and a great loss of affinity with rural activities, which causes a dismal by the current residents, especially in relation to public policy (price and credit policy). The maintenance of rural activities and the community, while rural areas, creates uncertainties in current residents, for the survival and permanence in the activity generating income on the impact family farms directly in social, cultural and economic, in the same municipality where it is located.

Keywords: Family Farming. Rural exodus. Rural transformations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da pesquisa, 2015.....	35
Figura 2: Mapa de localização do município de Jaguari/RS, 2015.....	38
Figura 3: Mapa de localização da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.....	43
Figura 4: Mapa da divisão dos lotes distribuídos na colonização do município/comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	44
Figura 5: Casal de imigrantes italianos da comunidade de Ijucapirama, Srº Incocencio Tramontino e sua esposa.....	45
Figura 6: Primeira Igreja da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1900.....	47
Figura 7: Segunda Igreja da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1924.....	47
Figura 8: Terceira Igreja da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1984.....	48
Figura 9: Mapa da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1973.....	48
Figura 10: Áreas de produção das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	49
Figura 11: Mapa da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.....	50
Figura 12: Sede social e ginásio de esportes da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.....	50
Figura 13: Tempo de experiência na Agricultura Familiar e de vida na Comunidade de Ijucapirama – Jaguari/RS, 2015.....	57
Figura 14: Composição Familiar das unidades de produção familiar da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.....	58
Figura 15: Disponibilidade de máquinas e equipamentos nas unidades de produção familiar da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura fundiária do município de Jaguari/RS, 2006	27
Tabela 2: Relação dos primeiros imigrantes / colonizadores da comunidade de Ijucapirama, 1940.....	44
Tabela 3: O futuro das comunidades rurais conforme os agricultores familiares entrevistados, 2015.....	56
Tabela 4: Faixa etária dos entrevistados das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.....	58
Tabela 5: Culturas cultivadas nas unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, 2015.....	63
Tabela 6: Criações presentes nas unidades de produção, 2015.....	64
Tabela 7: Atividades geradoras de renda nas unidades de produção familiar, 2015	65
Tabela 8: Fatores positivos e negativos para permanecer nas unidades de produção familiar, 2015	67
Tabela 9: Pontos favoráveis e desfavoráveis à permanência dos filhos nas unidades de produção familiar, 2015.....	69
Tabela 10: Questões sociais, culturais e econômicas, 2015,.....	72
Tabela 11: Fatores de abandono das unidades de produção familiar na visão dos agricultores familiares, 2015	74
Tabela 12: Perfil dos que abandonam das UPFs (tipologia, idade), 2015.....	75
Tabela 13: Principais políticas públicas e benefícios acessados, pelos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama, 2015.....	76

LISTAS DE ABREVIATURAS

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Rural Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CFR – Casa Familiar Rural
CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNTR/CUT – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos
EMATER – Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e
Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GPL – Gerência de Planejamento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Trabalhadores
PRO-Rural – Programa de Assistência aos Trabalhadores Rural
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAPA – Secretaria da Agricultura Pecuária e Abastecimento
SIM – Sistema de Inspeção Municipal
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SMA – Secretaria Municipal de Agricultura
SUS – Sistema Único de Saúde
SUPRA – Superintendência da Política Agrária
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFES – Universidade Federal de Santa Maria
UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta
UPFs – Unidades de Produção Familiares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 REVISÃO TEÓRICA.....	17
1.1 O Êxodo Rural no Brasil e a sua Evolução histórica.....	21
1.2 A Agricultura familiar brasileira e sua trajetória história.....	28
1.3 O Envelhecimento rural.....	28
1.4 Políticas públicas para a agricultura familiar.....	31
2 RECURSOS METODOLÓGICOS.....	34
2.1 Caracterização do método de estudo.....	34
2.2 Área de abrangência da amostragem estudada.....	35
2.3 Procedimentos metodológicos e análises dos dados.....	36
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
3.1 Resultados da análise documental histórica do município e da comunidade de Ijucapirama Jaguari/RS.....	38
3.1.1 O município de Jaguari: aspectos gerais.....	38
3.1.2 A Comunidade de Ijucapirama: aspectos gerais.....	42
3.2 Resultado das entrevistas realizadas com as lideranças das entidades ligadas com a agricultura familiar no município de Jaguari/RS.....	51
3.3 Resultados das entrevistas realizadas com os agricultores familiares das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	57
3.3.1 A Trajetória dos agricultores familiares nas unidade de produção familiar e tempo de vivência na comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	57
3.3.2 Composição familiar das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	58
3.4 Meios e sistemas de produção das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	60
3.4.1 A Força de trabalho nas unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	61
3.4.2 Máquinas e equipamentos disponíveis nas unidades de produção da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	62
3.4.3 Culturas cultivadas nas unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.....	63

3.4.4 Criações presentes nas unidades de produção familiar da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	64
3.4.5 Principais atividades geradoras de renda das unidades de produção familiar da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	65
3.4.6 Formas de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	66
3.5 A continuidade da agricultura familiar e das comunidades rurais, na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	66
3.5.1 Fatores positivos e negativos para continuar nas unidades de produção familiar na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	66
3.5.2 A permanência ou não dos filhos na unidade de produção familiar na visão dos pais da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	69
3.5.3 O futuro da comunidade e da agricultura familiar na visão dos Agricultores Familiares, da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	70
3.5.4 Mudanças vivenciadas pelos agricultores familiares nas relações sociais, culturais e econômicas na comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	72
3.5.5 Fatores que motivam saídas das unidades de produção familiar na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	74
3.5.6 O Perfil dos que evadem das unidades de produção familiar, na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	75
3.6 Principais políticas públicas e benefícios acessados pelos agricultores familiares das unidades de produção familiar da comunidade de Ijuçpirama, Jaguari/RS.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	87

INTRODUÇÃO

No Brasil, mais especificamente no último século, o meio rural sofreu mudanças significativas com a modernização da agricultura. Esse processo de industrialização foi sentido de forma mais intensa pelas pessoas mais idosas. Segundo Delgado, a origem dessas mudanças está na própria história do Brasil.

A sociedade que se forja no Brasil depois da Abolição carrega no seu âmago duas questões mal resolvidas do século anterior: as relações agrárias arbitradas pelo patriciado rural, mediante a Lei das Terras (1850), profundamente restritiva ao desenvolvimento da chamada “agricultura familiar”; e uma lei da liberação dos escravos que nada regula sobre as condições de inserção dos ex-escravos na economia e na sociedade após a Abolição (DELGADO, 2004, p. 16).

Essa trajetória histórica tem como um dos seus elementos centrais a rápida industrialização e a abertura do mercado externo, modificando as estruturas da sociedade brasileira no século XX e, de maneira especial, o meio rural. Transformações que foram sendo vivenciadas de modos distintos pelas gerações: as novas, louvando o progresso e as mais velhas, sentindo-se deslocadas e desorientadas. Em relação à geração idosa, merecem destaque alguns fatos, como: o êxodo rural, a aposentadoria rural e a força de trabalho.

Na metade do século XX, a grande maioria da população brasileira vivia no campo, segundo dados do IBGE (2003), em 1950 contava com o contingente de 63,8%. Os dados do mesmo instituto mostram que atualmente vivem na área rural apenas 15,64% (IBGE, 2010). Essa mudança ocorreu devido a um processo migratório de grande dimensão entre as décadas de 60 e 80, do século passado, levando 27 milhões de pessoas se deslocarem do campo para as cidades. Esse processo migratório é conhecido como êxodo rural, caracterizado por um movimento de pessoas de uma região para outra, tendo como propósito a melhoria de vida, emprego e benefícios como escola e saúde.

Entre os principais motivos que deram origem e efetividade para esse êxodo rural, destacam-se: a mecanização da agricultura, o uso intensivo de insumos e a consequente, a perda de espaço de produção, a competitividade, falta de políticas públicas para a agricultura, falta de infraestrutura para poder sobreviver independente das determinações de intempéries do tempo como seca ou enchentes, a busca por renda fixa por meio de empregos nas indústrias (DELGADO, 2004). O principal vetor dessa transformação geográfica da população rural é a mecanização da agricultura, favorecendo os grandes empresários agrícolas

que, pela sua infraestrutura, compraram sempre mais terrenos dos pequenos agricultores que não conseguiam mais sobreviver na nova configuração do mercado da produção agrícola:

[...] com a modernização no campo houve um agravamento das condições de vida dos agricultores familiares, ou seja, o empobrecimento e o endividamento de grande parte dos agricultores e, também, o deslocamento significativo da população rural para os centros urbanos. Os agricultores que permaneceram no campo lutam para conseguir produzir e manter a qualidade de vida da família e o seu bem-estar (GODOY et al., 2010, p. 2).

As transformações nas cidades colaboraram para a efetivação desse processo de saída em massa da agricultura. O intenso e amplo desenvolvimento industrial atraiu pessoas para as cidades, sobretudo aquelas que estavam em condições de subsistência, sonhando com melhorias na condição de vida. O novo panorama que a cidade apresentava, de trabalho e renda mensal e não mais anual, como eram as colheitas, tornou-se o elemento decisivo para decidir pela saída de uma realidade que tinha deficiências no atendimento à saúde, à educação, ao lazer e à moradia, além da falta de perspectivas ou espaços no meio rural para acomodar e dar condições de produção para renda e subsistência às comunidades.

Mas o êxodo rural no Brasil, mais precisamente nas últimas décadas, indica uma seleção das migrações especialmente por idade e sexo, tornando o meio rural um lugar de uma geração envelhecida e de uma maioria de pessoas do sexo masculino, processo que ficou conhecido como masculinização da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Nesta conjuntura, observa-se que esse deslocamento seletivo provoca uma mudança que afeta diretamente os idosos do meio rural, tendo em vista que geralmente são as mulheres que cuidam dos membros mais idosos da família. Para Martine "(...) a distribuição espacial da população numa sociedade reflete as formas de organização de sua produção num determinado momento histórico" (1987, p. 59).

Nessa contextualização social e histórica é que se insere a presente pesquisa. Alinhada com a área de concentração do Mestrado em Práticas Socioculturais, pretende-se analisar a influência dos meios de produção locais no envelhecimento rural no município de Jaguari/RS e a sua ligação com o futuro e a sustentabilidade da agricultura familiar e das comunidades rurais, bem como o papel das políticas públicas de permanência do homem no campo.

A constituição do município de Jaguari tem sua origem numa redução Jesuítica instalada em 1632, tendo como primeiros habitantes os índios Guaranis até o século XVII. Na década de 80, especialmente no de 1887, instalaram-se os primeiros imigrantes, os

colonizadores, que deram início à construção da Colônia Jaguar. Em 1893, é elevado à categoria de distrito do município de São Vicente do Sul e, em 16 de agosto de 1920, emancipou-se por meio do decreto nº 2.627, congregando uma área desmembrada dos municípios de São Vicente, Júlio de Castilhos, Francisco de Assis e Santiago do Boqueirão. Sua área geográfica corresponde a 673,401 km², formado por 4 (quatro) distritos: Sede, Santo Izidro, Ijucapirama e Taquarichim. Apresenta como limites os seguintes municípios: ao norte, os municípios de Santiago e Jari; a leste, o município de Mata; ao sul, o município de São Vicente do Sul e, ao oeste, os municípios de São Francisco de Assis e Nova Esperança do Sul. Hoje conta com uma população total de 11.473 habitantes.

O tema deste estudo versa sobre as *unidades de Produção Familiares, suas transformações Sociais, Culturais e Econômicas no Município de Jaguari/RS*, mas centrado na *Comunidade de Ijucapirama*. A pesquisa justifica-se frente à situação do povo do campo na contemporaneidade, que traz a preocupação dos pesquisadores, sensibilizados com essa causa, evidenciando que a sociedade atual se confronta com inúmeros tensionamentos de ordem econômica, social e cultural.

O mote central da pesquisa é analisar as diversidades locais e particularidades dos próprios sujeitos, por meio de um diálogo efetivo, considerando os seus diversos saberes. É pertinente salientar que o estudo se ampara na teoria da Ecologia dos Saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2007), sobretudo no reconhecimento da pluralidade de saberes e da necessidade de conjugações desses para realizar determinadas ações e na necessidade de pensar e agir nas ciências sociais e humanas, indo além do clássico pensamento abissal próprio da ciência moderna.

Os conhecimentos são socialmente construídos, isto é, são resultado de práticas socialmente organizadas envolvendo a mobilização de recursos materiais e intelectuais de diferentes tipos, vinculados a contextos e situações específicas (SANTOS, 2005. p. 34).

Partindo desse cenário descrito, da experiência enquanto ex-profissional de Extensão Rural da EMATER/RS-ASCAR, da condição de filho de pequenos agricultores familiares e da constatação da saída de muitos agricultores do rural, a presente pesquisa organiza-se pela abordagem que norteia o olhar sobre os sujeitos, os agricultores familiares e as transformações sociais, culturais e econômicas relevantes para o desenvolvimento local. Da mesma forma, a pesquisa tem como horizonte a lógica da organização das famílias de agricultores e de sua comunidade, passando pela força de trabalho a inserção das políticas públicas.

O objetivo geral que guia a pesquisa é: analisar os fatores relevantes que ocorreram nas unidades de produção familiar da Localidade de Ijucapirama, como a dinâmica da agricultura familiar, o envelhecimento rural, o êxodo rural, as políticas públicas, responsáveis pela atual lógica de organização, composição e disposição dos meios de produção, e do futuro das comunidades rurais. A pesquisa tem como objetivos específicos: - caracterizar, a partir de documentos oficiais, técnicos e científicos, o contexto histórico sobre o Município de Jaguari, e da comunidade de Ijucapirama; - identificar os meios de produção e os padrões de organização das famílias nas unidades de produção, bem como as mudanças demográficas ocorridas, suas influências no futuro da agricultura familiar e da comunidade, aliadas às transformações sociais, culturais e econômicas; - vislumbrar a composição da força de trabalho das famílias nas unidades de produção familiar; - verificar a disponibilidade das políticas públicas para as unidades de produção familiar na comunidade.

1 REVISÃO TEÓRICA

1.1 O Êxodo Rural no Brasil e a sua evolução histórica

A movimentação de indivíduos do campo para as cidades faz parte da história das pessoas e da humanidade desde a formação das primeiras cidades. Os motivos para tal deslocamento são diversos, como: a desmotivação pelo local onde se vive, a busca de emprego, de educação e de saúde, etc. Ao longo da história encontram-se diversos movimentos de grandes deslocamentos humanos em função da perspectiva de novas formas de vida.

No século passado, a industrialização e a modernização agrícola no Brasil tiveram papel relevante, sendo responsáveis pela migração de uma grande parte da população rural para os centros urbanos. Na década de 30, deu-se início a modificação da configuração na população brasileira, sobretudo com o deslocamento da mão de obra rural para as cidades, especialmente com a chegada dos migrantes nordestinos na região Sudeste, ampliando a concentração da população em centros urbanos. Na década de 40, o Brasil era um país tipicamente agrícola onde praticamente dois terços da população viviam no meio rural e a população urbana (urbanização) era de 31,23% (IBGE, 1940). Seguindo essa tendência migratória, ao final da década de 50, surgiu novo destino de destaque nacional com pessoas de todas as regiões do Brasil, com a abertura de trabalho na construção civil com a construção da futura capital brasileira, Brasília.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), os períodos compreendidos entre 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990 foram os momentos em que grande parte da população rural migrou para os centros urbanos, seguindo nos anos 2000 até o presente momento, porém com menor intensidade. De acordo com os referidos autores, a migração da população rural para as áreas urbanas, na década de 50, ocorreu através de um movimento chamado de “modelo pau-de-arara” no qual predominavam migrantes nordestinos, os quais saíam em busca dos empregos gerados com a construção da estrada Belém-Brasília, da nova capital brasileira, no trabalho de colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná. Além desses motivos, destaca-se as inúmeras secas no Nordeste que resultou na perda de quase um terço da população rural dessa região. Nesse período, as regiões Norte e Centro-Oeste, em função do baixo índice populacional, responderam por uma pequena parcela das migrações, mesmo que o índice de perda representasse quase 20% da sua população rural na década. A região Sul, apesar de ter perdido aproximadamente 18,9% os habitantes do meio rural para as cidades, não é

considerada relevante no processo de migração brasileira nessa década, sendo importante ressaltar que do sul, mais especificamente da região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, muitos agricultores partiram para as regiões do norte e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, mas para trabalhar na agricultura.

Conforme os autores supracitados, já na década de 1960 iniciou uma queda da migração nordestina, motivada pela possibilidade de cultivo da terra com a redução da seca. A conclusão de obras, especialmente de rodoviárias, iniciadas na década anterior, influenciou nessa redução.

A migração de habitantes do meio rural, no Sudeste, ficou marcada na história por quantificar um total de 6 milhões de pessoas, correspondendo à metade de toda a migração nacional e 46,5% dos que habitavam o campo no Sudeste, em 1960. Esse deslocamento impactante tem como fator central a utilização de novas tecnologias na agricultura, a erradicação de cafezais e sua substituição por pastagens (MARTINE, 1990). Apesar das altíssimas taxas de fecundidade, observou-se uma redução absoluta da população rural, contrariamente às outras áreas do país onde a população continuou a crescer. Foi durante os anos 60 que aconteceu a grande desruralização da região Sudeste (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

No ano de 1970, registrava-se o mais alto índice de população rural em território brasileiro, com aproximadamente 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% da população brasileira. Surgiu nesta década a grande novidade com relação aos anos anteriores, que foi a migração da população rural da região Sul em direção à região Norte, correspondendo a 29% dos migrantes rurais do país, porém as Regiões Nordeste e Sudeste mantiveram a redução da sua população rural.

O fato da migração dos habitantes das regiões rurais da região Sul refletiu negativamente no período, diminuindo aproximadamente em 50% a população dos habitantes das áreas rurais da região. Camarano e Beltrão (2000), atribuíram a esta evasão fatores como: aumento de subsídios, os incentivos econômicos, ao estímulo à modernização da atividade agrícola, aliada à dificuldade da criação de novas unidades de produção que, pelo tamanho, não comportava grande número de jovens existentes no período, influenciando assim a expulsão dos agricultores familiares, os quais optavam em migrar para a região Norte.

Na década de 70 do século passado, iniciou-se um processo de diminuição dos índices de natalidade nas áreas rurais brasileiras, especialmente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, provocando em dados absolutos a redução do êxodo rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Mas, a crença numa redução do êxodo para a década de 80 não

prosperou, pois ocorreu uma substancial diminuição da população rural especialmente da região Centro-Oeste, motivada por uma ampliação da fronteira agrícola na região, levando a mudanças nas atividades produtivas. Com o surgimento de uma proposta do Estado, as culturas da soja e da pecuária de corte receberam incentivos governamentais sem demandar muita mão de obra, tornou a expulsar população rural da região.

Na década de 80, uma parcela, que se aproxima da metade da população, onde (48,8%) da população rural do Centro Oeste, estão a caminho da migração, devendo ser considerado que a população desta região não era de grandes proporções, desta forma o impacto no total nacional de migrações foi baixo, em torno de 9,7%, onde a região Nordeste a que mais migrantes teve nesse período. Com uma diferenciação importante nesse processo, a migração se deu para as cidades de pequeno e médio porte da própria região Nordeste (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Na década de 90, a participação nordestina no êxodo rural brasileiro continuou a ser ainda maior, representando 54,6% de todos os migrantes rurais do país, correspondendo a 31,1% da população que vivia no meio rural no início da década. Porém, foi na região Centro-Oeste que aconteceu a maior desruralização da referida década. Segundo Camrano e Abramovay (1999), nessa mesma década deu-se, para as regiões Sudeste e Sul, uma diminuição do êxodo rural, especialmente do Sudeste em termos absolutos e relativos desde 1970. A região Norte, que recebia migrantes entre os anos de 1970 e 1990, iniciava um processo de redução da sua população rural, enquanto que as regiões Centro Oeste e Nordeste mantinham significativa e intensa redução da sua população do meio rural. Isso gerou uma mudança significativa e de grande importância na composição etária e na seletividade por sexo, pois passou a se constituir especialmente por jovens e mulheres, quando anteriormente expulsava toda a família.

Conforme Froechlich e Rauber (2009), evidencia-se a saída do meio rural da população jovem e na sua maioria mulheres, impactando para o campo especialmente a população idosa, pois muitos daqueles que ficaram no campo não só perderam seu trabalho e a sua forma de existência, mas também perderam amigos, familiares que mudaram para a cidade.

Habitava o meio rural, em 1996, 22% da população brasileira (33,8 milhões), índice menor que em países como Canadá (VEIGA, 1997), mostrando-se distante de finalizar a migração de pessoas do campo para as cidades.

Essa constatação foi feita por vários autores que tratam do êxodo rural e, embora existam inúmeros dados, observa-se que não há muitas discordâncias, mas consenso em alguns aspectos como:

Há consenso entre os pesquisadores de que a grande mudança constatada nos últimos anos tem sido a de que o êxodo rural generalizado vem sendo convertido num processo bastante mais seletivo, que preferencialmente remete às cidades a população jovem e altamente produtiva (ANJOS e CALDAS, 2005, p. 673).

Com isso, reforça-se a afirmação de que o êxodo rural foi mais intenso entre as populações jovens, refletindo negativamente na concentração da força produtiva no campo. Conforme Camarano e Abramovay,

Os migrantes rurais brasileiros cada vez mais jovens e em sua essência o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos (1999, p. 46).

Na virada do século, dados trazidos pelo o censo do IBGE de 2000 mostram que o êxodo rural perdeu força no Brasil, aparecendo de forma expressiva na região Norte, a qual perdeu 17% da população rural para outras regiões. A região Centro-Oeste surpreendeu positivamente, apresentando um acréscimo da população rural que foi motivado pela própria mão de obra criada na agricultura. Além de sua população rural perfazer um total de 1,8 milhões de habitantes e um elevado índice de urbanização, 86,8%, perdendo apenas para o Sudeste, com 93% de urbanização, mantendo-se estável nas demais regiões brasileiras.

O Censo Demográfico do IBGE, de 2010, mostra que o êxodo rural encontrava-se em desaceleração atualmente, quando comparado como o Censo do IBGE de 2000, período em que a taxa de migração do meio rural para o urbano anualmente era de 1,31%, já em 2010 o Censo do IBGE registrou uma queda para 0,65%. Esses números são referentes às porcentagens em relação a toda a população brasileira.

Ao serem considerados os valores do êxodo rural a partir do número de migrantes em relação ao tamanho total da população residente no meio rural no Brasil, verifica-se que, entre 2000 e 2010, a taxa de êxodo rural foi de 17,6%, um número bem abaixo do que o da década anterior, que foi de 25,1% vivendo no campo, segundo o censo de 2010 do IBGE 15,65% da população brasileira. Esses dados apresentam uma tendência de desaceleração do êxodo rural no Brasil como, motivados por diversos fatores, dentre os quais merecem destaque: a pequena quantidade de trabalhadores rurais, os investimentos públicos em benefício dos agricultores familiares através de programas sociais e de créditos, entre eles o

PRONAF, que buscam garantir melhores condições de vida às pessoas que vivem no meio rural.

1.2 A agricultura familiar brasileira e sua trajetória histórica

Historicamente, a grande propriedade rural brasileira foi o modelo socialmente reconhecido, orientando grande parte das políticas públicas para a agricultura. A “agricultura familiar”, por sua vez, tem sido tema de diversos debates que contribuíram para a construção de entendimentos das diferentes definições e classificações existentes na literatura.

Entretanto sua história teve início já no período da colonização do país, quando observou-se que a forma política de concessão de terra, efetuada pelo regime de sesmarias, favorecia aqueles que tinham infraestrutura e capital para produzir (GRAZIANO DA SILVA, 1980). Esse modelo de propriedade ficou marcada, desde então, por ocupar papel importante de segurança alimentar, no abastecimento interno e, ao mesmo tempo, pelo tratamento secundário, marginal e desigual dispensado pelo Estado, cujos interesses eram de arrecadação exclusivamente para a Coroa portuguesa, a qual determinava e priorizava os grandes fazendeiros e à agroexportação.

Com a Lei de Terras em 1850, nasce o entendimento de propriedade privada da terra no país, trazendo benefícios aos detentores de capital por meio do incentivo à produção de cana-de-açúcar e do café, ambos com a finalidade de exportação. No período imperial, continuava a identificação da agricultura com os interesses de Portugal e o Estado mantinha o atendimento aos interesses dos grandes fazendeiros. Porém, a agricultura familiar, ao final deste período, expandiu-se com a vinda de imigrantes europeus e por ocasião da abolição da escravatura.

No início da República, no final do século XIX, ainda permanecia o domínio das oligarquias agrárias e a pressão dos cafeicultores que monopolizavam o apoio público. No Estado Novo, a agricultura familiar continuava secundária no projeto brasileiro, seguindo nesse mesmo plano no regime militar, sobretudo com a modernização da agricultura que era excludente e conservadora (DAL SOGLIO; KUBO, 2009).

Com a ascensão de Vargas ao poder político, na década de 30, coube ao setor agrícola a produção de alimentos para abastecer o mercado interno. Segundo Müller (1989), foi necessário criar políticas de crédito rural para apoiar e incentivar a produção, aliada mais tarde à política de preços mínimos. Surgiu, nesse período, a Carteira de Crédito Agrícola e

Industrial do Banco do Brasil (CREAI), em benefício da aquisição de sementes, adubos e animais para melhoramento dos rebanhos (NÓBREGA, 1981).

O espaço rural sofria com a baixa produtividade, a parca infraestrutura de tecnologia e transporte, surgindo assim o processo de modernização do campo que passou a ter uma política de crédito rural. Esta, que foi subsidiada pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, teve um papel importante na assistência técnica para difundir tecnologias inovadoras aos agricultores, fornecendo sementes e adubos químicos (BUAINAIN & SOUZA, 2001). Mesmo assim, esse modelo continuava a beneficiar somente os grandes proprietários que possuíam maior capacidade de resposta produtiva, expondo ainda mais as diferenças entre o latifúndio e o minifúndio, estes que, por sua vez, ficaram fora das linhas de créditos e sem assistência técnica (MÜLLER, 1989).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os repasses de recursos da União ficavam sujeitos à criação e à existência de conselhos municipais, dentre os quais estava o de desenvolvimento rural, abrindo espaço para a agricultura familiar que, historicamente, esteve presente nos movimentos de resistência, atuando em espaços marginais de participação e inserindo-se no novo processo de gestão pública por meio de suas organizações (GRAZIANO DA SILVA, 1992). O segmento da agricultura familiar, segundo Dal Doglio e Kubo (2009), teve sua importância destacada ao responder, nesse período, por aproximadamente 40% da produção nacional e por envolver sete de cada dez pessoas ocupadas no campo, mesmo tendo acesso a menos de 30% da terra e por uma pequena parte dos recursos agrícolas. No começo da década de 1990, a agricultura brasileira encontrava-se fortemente atingida pelo processo de abertura do comércio e pela desregulamentação dos mercados, que a submetiam a uma concorrência desigual com os países do Mercosul.

Na década de noventa, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), passaram a organizar-se e reivindicar, por meio de suas lutas e movimentos, uma “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares que estavam sendo atingidos pelo processo de abertura do comércio do Mercosul.

As reivindicações dos trabalhadores rurais passaram a ser ouvidas a partir da Constituição de 1988, com as chamadas “Jornadas Nacionais de Luta” “Grito da Terra Brasil” (MATTEI, 2001). Em 1995, surgiu o primeiro desenho para a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), com repasse oriundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). O resultado apresentado ficou muito abaixo do

esperado, porém serviu de marco institucional-legal e elementar daquilo que viria a se transformar posteriormente no PRONAF (MATTEI, 2005).

Pode-se dizer que existia uma previsão legal para a agricultura familiar quando da criação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, ao definir a “Propriedade Familiar”. Portanto, a propriedade de determinada área, quando explorada direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, mesmo com a ajuda de terceiros, era considerada familiar. Recentemente com o surgimento do convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional e Reforma Agrária (INCRA), (INCRA/FAO, 1996, p. 04) que, com a base de dados do Censo Agropecuário de 1996, define a agricultura familiar a partir de três características:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Nesse contexto surgiu, como resposta do Estado às pressões dos movimentos sindicais rurais, um dos episódios mais importantes para o meio rural brasileiro, que veio através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, institucionalizado e caracterizado como a primeira política pública federal direcionada à agricultura familiar brasileira, segundo Mattei (2005). A partir da criação do PRONAF, o Estado legitimou uma nova categoria social, dos “agricultores familiares”, que até então estavam com sérias dificuldades de se manter no campo e que eram, praticamente, marginalizados em termos de acesso aos benefícios da política agrícola brasileira.

Por um longo período vivenciamos inúmeros esforços para caracterizar, conceituar e definir a agricultura familiar brasileira. O debate em torno dessa questão envolveu estudiosos do mundo rural, entidades representativas dos agricultores e técnicos que elaboraram as políticas para o setor rural (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

Na determinação conceitual da agricultura familiar, destacaram-se as perspectivas camponesa e marxista. A perspectiva camponesa entende o agricultor como personagem que, mesmo com capacidade de resistir e de habituar-se às novas questões econômicas e sociais, permanece coberto de suas origens, tradições e culturas. A perspectiva marxista, por sua vez, divide-se em duas correntes: a visão clássica, encontra-se alicerçada em Marx, em Lenine e

em Kautsky; e a perspectiva neomarxista, que traz um pluralismo está embasada na Sociologia da Agricultura (DEPONTI, 2007).

Veiga (1991) e Abramovay (1998) afirmam que o termo “agricultura familiar” aparece na literatura como objeto de análise teórica. Abramovay (1998) diz que, por meio da intervenção do Estado, tornou-se possível transformar Agricultores Tradicionais Campesinos em Agricultores Familiares Profissionalizados.

Conceitualmente, pode-se definir como Agricultor Familiar aquele cuja família possui meios de produção, organiza sua atividade produtiva, ao mesmo tempo, trabalha na unidade produtiva, tendo como elementos a terra, o trabalho e a família na origem da grande diversidade de expressões da agricultura familiar (DAL SOGLIO e KUBO, 2009).

Wanderley (1996, p. 2) considera que a agricultura familiar pode ser “entendida como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume os trabalhos no estabelecimento produtivo, observando o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho”.

Assim o meio rural e a agricultura familiar passam a não ser tão independentes e isolados das influências externas, e sim como um resultado da sua história, altamente relevante na criação de alternativas que venham em benefício das comunidades e das pessoas inseridas neste meio rural habitado por agricultores especialmente familiares, o que segundo (ABRAMOVAY, 1998, p, 241) a “própria organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”.

Quando se pensa em agricultura familiar, deve-se levar em consideração toda sua diversidade, incluindo as famílias que exploram e vivem o meio rural muitas vezes em condições de pobreza e aqueles agricultores familiares que utilizam tecnologias modernas. Com a utilização destas tecnologias, pode-se afirmar que a agricultura familiar se apresenta como uma das melhores formas de ocupação do meio rural, permitindo o desenvolvimento e o cumprimento de exigências sociais como a geração de emprego e renda e ambientais, a preservação e a conservação da biodiversidade, além de realizar um papel fundamental de segurança alimentar e nutricional.

O ambiente rural é altamente complexo, tanto pela enorme diversidade de sua paisagem quanto da própria existência dos agricultores com interesses particulares, estratégias de sobrevivência, de produção diferenciada e de racionalidades que se adaptam ao meio onde se encontram inseridos. Na visão de Costabeber e Caporal (2003, p. 127), “a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto,

funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução”.

O Censo Agropecuário de 2006 deixou bem claro, quando identificou 4.367.902 estabelecimentos como sendo de agricultores familiares no Brasil, a importância social econômica e ambiental desse segmento da sociedade, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, os quais ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O resultado confirmou a existência de concentração de terras no país, mostrando que os estabelecimentos não familiares, representavam 15,6% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam 75,7% das terras disponíveis. Outro dado importante refere-se à área média dos estabelecimentos familiares que ficava na faixa de 18,37 ha, em comparação com os não familiares que ficavam na faixa de 309,18, estando presentes em 5.483 municípios, com maior ou menor grau de incidência, como a região Nordeste que tinha mais de 80% dos municípios com frequência alta de agricultura familiar, seguida da região Sul, Sudeste e Norte.

Segundo dados apresentados no referido Censo, a agricultura familiar era responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, por 77% da mão de obra e contribuía com a formação de 10% do PIB brasileiro. Além disso, a agricultura familiar era a principal produtora dos seguintes alimentos: Feijão, 70%; milho, 46%; mandioca, 87%; arroz, 34%; leite, 59%; aves, 50%; e carne suína, 59%.

Na Região Sul, estavam abrigados 19,2% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros (849.997), ocupando 16,3% da área total, o que a tornava referência em agricultura familiar no território Nacional.

Os Agricultores Familiares lutaram durante um grande período por meio de manifestações realizadas pelos movimentos sociais e sindicatos, na busca de crédito e de políticas que legitimassem a Agricultura Familiar como produtora de alimento e geradora de emprego e renda e da sua importância no contexto nacional. Essas lutas fizeram-se necessárias, sobretudo devido ao descaso e à falta de políticas públicas em benefício destes trabalhadores. A partir da força das entidades representativas, especialmente dos sindicatos de trabalhadores rurais que, no dia 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que:

Estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil, e de um marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais. Reconhece a importância social e econômica da agricultura familiar por meio de políticas públicas permanentes, seja de crédito, assistência técnica, comercialização de seguro agrícola e igualdade para as mulheres rurais.

Com esse marco estabelecido, o IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, adotou o conceito de agricultura familiar, conforme a Lei nº 11.326, com a finalidade de apoiar o estabelecimento das diretrizes governamentais na construção da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esse novo ordenamento teve como base o artigo 3º, que define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Em seu Art. 4º prevê, também, que a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais deve observar, dentre outros, os seguintes princípios: I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica; III- equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Na época de aprovação da referida lei, a Região Sul do Brasil se sobressaía no âmbito da agricultura familiar brasileira, com reflexos importantes no PIB Nacional, sendo o Estado do Rio Grande do Sul o destaque em vários segmentos de produção familiar como a produção de fumo, a produção de trigo, soja, arroz e uva, na indústria de móveis, vinícola, na pecuária familiar, na criação de suínos (GUILHOTO, 2005).

Para melhor entendimento, apresenta-se a seguir um resumo histórico dos fatos marcantes na história da agricultura familiar:

Lei das Terras	Estatuto da Terra	SNCR	CMDR	Abertura do Comércio (Mercosul)	Grito da Terra Brasil	Provap	Pronaf	Lei 11.326
1950	1964	1965	1988	Déc. 90	1995	1995	1996	2006

Na sua composição, a Agricultura Familiar Gaúcha, mostrava algumas características que determinavam o sucesso obtido pelas unidades de produção Familiares Rurais, como a herança cultural europeia, a criação de formas de associativismo e a adoção de tecnologias

produtivas. Segundo Censo Agropecuário de 2006, o Rio Grande do Sul contava com 8,7% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros com uma distribuição fundiária semelhante à brasileira, mas com pequena vantagem em relação à posse da terra em favor da agricultura familiar, e representava 85,7% do número total dos estabelecimentos, um pouco superior aos demais estados brasileiros. No Estado, a agricultura familiar ocupava 30,5% da área agrícola, segundo Grando (2011), com 378.546 estabelecimentos familiares.

Nesse contexto, situamos de modo geral o Município de Jaguari e, em particular, a comunidade de Ijucapirama, onde realizamos a pesquisa, estando alicerçados na Agricultura Familiar através da produção de fumo, milho, soja, feijão, videiras, cana de açúcar e arroz irrigado, além da produção de vinho, cachaça e beneficiamento de arroz.

Tabela 1: Estrutura fundiária do Município de Jaguari, RS, 2006.

Tamanho dos estabelecimentos (ha)	Estabelecimentos (n°)	%	Área (ha)	%
De zero a menos de 1	45	2,85	45	0,07
De 1 a menos de 2	47	2,98	70,5	0,12
De 2 a menos de 3	49	3,11	122,5	0,20
De 3 a menos de 4	52	3,30	182	0,30
De 4 a menos de 5	46	2,92	207	0,34
De 5 a menos de 10	226	14,32	1695	2,80
De 10 a menos de 20	360	22,81	5400	8,93
De 20 a menos de 50	503	31,88	17605	29,10
De 50 a menos de 100	159	10,08	11925	19,71
De 100 a menos de 200	55	3,49	8250	13,64
De 200 a menos de 500	30	1,90	10500	17,35
De 500 a menos de 1.000	6	0,38	4500	7,44
Mais de 1.000	0	0,00	0	0,00
Total	1578	100,00	60.502,00	100,00

Fonte: IBGE Censo 2006 (Disponível no planilhão da Gerência de Planejamento - GPL).

O número de estabelecimentos rurais (Tabela 1), verifica-se a importância e a influência da agricultura familiar no Município, sendo possível observar que os estabelecimentos, em sua maioria, são de pequeno e médio porte. Entretanto, chama a atenção o fato de que um grande número de estabelecimentos terem menos de 10 hectares (IBGE, 2010).

1.3 O envelhecimento rural

As mudanças demográficas manifestam oportunidades e desafios, especialmente em relação ao tamanho da população e sua taxa de crescimento e desenvolvimento, os quais são fatores de grande relevância e de importância histórica na composição das famílias e, na dinâmica das Unidades de Produção Familiar, que é a questão do envelhecimento da população rural. Segundo a ONU, o período histórico entre 1975 a 2025 está sendo considerado como a “Era do Envelhecimento”.

No caso do Brasil, há muitas discussões e argumentações sobre o assunto, procurando entender as causas, os efeitos e o caminho que essas transformações demográficas estão tomando. Constatou-se que a alta taxa de fecundidade existiu especialmente entre os anos de 1960 e 1970. Mais recentemente, com a queda do índice de fecundidade e de mortalidade, ficou evidenciado um contingente populacional de idosos, com tendência demográfica mostrando que o Brasil será um país de população relativamente idosa (AUGUSTO; RIBEIRO, 2005).

Os dados do IBGE, na década de 70, mostram que 4,95% da população brasileira era composta de idosos e, na década de 90, esse percentual saltou para 8,47% e em 2010 atinge 9,2%. Segundo Cançado (1996), o aumento do número de idosos também tem sido acompanhado por um aumento da qualidade de vida em vários aspectos no índice de desenvolvimento humano. A expectativa de vida que era em torno de 33,7 anos em 1950/55, passou para 50,99 em 1990, chegou até 66,25 em 1995 e deverá alcançar 77,08 em 2020/2025.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso da nação brasileira, destaca-se que este envelhecimento populacional foi ainda mais expressivo e acelerado, enquanto nos povos desenvolvidos, no período de 1970 a 2000, o crescimento observado foi de 54% e nos países em desenvolvimento atingiu 123%.

A população do Brasil teve uma taxa de crescimento médio de 2,27% ao ano, no período de 1950 a 2000. O período considerado de maior crescimento aconteceu entre os anos

de 1960 a 1970 e o de menor crescimento foi registrado entre os anos de 1991 a 1996 (IBGE, 2000).

Dados apontados por Camarano (2001) demonstram que, para as próximas cinco décadas, o Brasil terá 244 milhões de habitantes, um crescimento médio de 0,44% ao ano. Dessas projeções, 42,2 milhões serão de população idosa, o que equivalerá a 17,3% da população brasileira. A população jovem, que em 2000 era de 28% da população, em 2050 sofrerá uma diminuição de 8,7%. Esses números, segundo Camarano (2002), são resultados do alto índice de natalidade no passado e da redução da mortalidade no presente e futuro.

A questão de gênero está presente no que se refere ao envelhecimento, uma vez que o número de mulheres idosas tende a aumentar por vários fatores, que vão desde as taxas menores de mortalidade, a inserção da mulher no trabalho e a baixa da fecundidade. Segundo Camarano, 2001: “A taxa de mortalidade beneficia as mulheres desde a infância e resulta num número maior de mulheres em todas as faixas etárias, com tendência a ampliar”

Os dados mostram que a população Brasileira está envelhecendo e calcula-se que, daqui a 50 anos, o número de idosos terá aumentado substancialmente, o que necessitará de políticas públicas na área de saúde e bem-estar social direcionadas a estas pessoas (AUGUSTO; RIBEIRO, 2005).

Segundo Augusto e Ribeiro (2005), ao verificarmos a participação dos idosos do meio rural no total da população brasileira, as transformações sociais e econômicas tornam-se ainda de maior relevância, visto que, em sua história de vida, acumularam perdas como por: trabalhar sem registro em carteira de trabalho; sem remuneração; trabalho muitas vezes precoce; jornada dupla, entre outros fatores.

Sales e Baeninger (2000) observam que o debate sobre as dinâmicas das populações rurais não é assunto recente. Por meio do êxodo rural a questão é tema de debates em nível nacional e internacional. Mesmo que a migração rural cause diferentes resultados, nas regiões do nordeste do País, eles ocorrem num conjunto de mudanças da sociedade, porque aspectos políticos, sociais e econômicos influenciam no processo de remanejamento populacional.

A melhoria da qualidade de vida em diversos aspectos e a modernização da agricultura teve grande influência no processo de envelhecimento da população rural, sendo que desta forma ocorreu uma diminuição da demanda de mão de obra, permitindo reflexos, atualmente, mesmo que o processo de saída dos jovens do meio rural tenha sofrido uma diminuição, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Camarano e Abramovay (1999) observam uma masculinização da população rural, devido à saída mais frequente de jovens de sexo feminino, deixando evidente um elemento

diferente do que acontecia no passado, quando as mulheres permaneciam mais no campo. Assim a redução de jovens de sexo feminino pode estar influenciando para um baixo grau de fecundidade no campo e isto traz, como consequência, o envelhecimento da população rural.

No ano de 1955, foi criado o Serviço Social Rural, órgão que foi destinado a prestar assistência à população rural. Em 1962, este serviço passou a integrar a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), conforme (BELTRÃO et al., 2000). Em 1963, surgiu o Estatuto do Trabalhador Rural e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL, alicerçado e motivado na comercialização de produtos rurais, com a contribuição de 1% (DELGADO & SCHWARZER, 2000; DESER, 2000; MARTINEZ, 1985; REIS, 1998; SCHWARZER, 2000a). Em 1971, foi criada a Lei Complementar que instituiu o Programa de Assistência aos Trabalhadores Rurais - PRO-Rural (BELTRÃO et al., 2000; DESER, 2000; MARTINEZ, 1985). Conforme Reis (1998), o programa substituiu o Plano Básico da Previdência Social Rural.

No artigo 194 da Constituição de 1988, diz que a “Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Nesse conjunto, os benefícios concedidos pela Previdência Social, por meio da aposentadoria rural, mostram um cenário de expansão do número de idosos rurais e dos benefícios concedidos, havendo uma necessidade de destacar o valor da manutenção e ampliação dessas concessões que servem para substituir a renda a partir do momento que a pessoa perde a capacidade de trabalho por invalidez, doença, idade, desemprego involuntário, morte, além da maternidade e reclusão (MPAS, 2002).

A política previdenciária teve como expansão o ano de 1991, o que contribuiu para que um grande número de trabalhadores rurais pudessem se aposentar com o valor equivalente ao salário mínimo, sendo os benefícios previdenciários concedidos de fato importantes na manutenção da renda da população idosa, ajudando na redução da pobreza. Brant (2001) afirma que “os benefícios do setor representam um verdadeiro programa de renda mínima para os idosos residentes na área rural”. O autor segue afirmando que “em 56,6% dos domicílios com presença de pelo menos um idoso aposentado, este é responsável pelo sustento da família”.

A história demonstra uma disposição no meio rural de aumento de dados de aposentadorias conferidas por idade. Isso indica um acelerado processo de envelhecimento da população rural no país, criando novos sujeitos sociais no meio rural, constituindo um amplo desafio aos gestores no que tange à aplicabilidade de políticas públicas direcionadas ao

atendimento desta faixa etária conceitualmente vulneráveis, sem discriminação de idade e sobretudo de gênero, incentivando-os a participarem do desenvolvimento local e a sentirem-se importantes no contexto da sociedade (politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente), como agentes do desenvolvimento através da sua vasta experiência de vida comunitária.

1.4 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

O Brasil, hoje, é reconhecido como um país com uma grande extensão territorial, mas com muitas pessoas aglomeradas nas cidades, principalmente nas capitais dos estados. A população que faz parte da zona rural busca maior estabilidade ao redor das cidades, sobretudo por meio de um emprego para garantir a sobrevivência.

Uma das maiores preocupações das políticas públicas é a falta de estrutura para atender essa população que migrou e continua a migrar, em menor escala, para as cidades, promovendo o êxodo rural. Essa manifestação, por conta das carências que sofre a população que trabalha no campo, tem provocado um aumento de população urbana de forma não planejada, com falta de estrutura e com sérias dificuldades de encontrar emprego, gerando muitas vezes invasões de terrenos ou mesmo aumento de favelas ao redor de muitas cidades.

A política pública como área de conhecimento e de estudos, segundo Souza (2006), teve início nos Estados Unidos, sem estabelecer relações com a função do Estado e sim com a atuação dos governos, visto que na Europa, são provenientes do papel do Estado que é produtor de políticas públicas e diz, também, que “não existe uma única e nem melhor definição sobre o que seja política pública”.

Flexor e Leite (2007) consideram que as políticas públicas são o resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições. Também conforme Flexor e Leite (2007, p. 54):

O termo políticas públicas não se refere necessariamente às políticas do Estado, mas pode ser incluídas outras ações igualmente públicas originárias de instituições não-governamentais, movimentos, entre outros.

Segundo Araújo (2003), o estado brasileiro tem como característica ser centralizador, por ter como fundamento uma constante busca do crescimento econômico em detrimento ao social, exercendo uma figura de executor, refletindo na formatação das políticas públicas brasileiras. As políticas públicas em prol da Agricultura Familiar e de fixação do ser humano

no campo tem sido uma forma de proporcionar um melhor atendimento a esses Agricultores Familiares, estes que estão no campo e gostariam de continuar lutando pelo seu trabalho na terra.

No Brasil, surgiram os primeiros debates a respeito da agricultura familiar na disputa pela necessidade de buscar políticas públicas que trouxessem alternativas para modificar o segmento. Com vistas a construir uma proposta de desenvolvimento rural, foi proferida inicialmente em 1995, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

As políticas de Estado para a agricultura familiar, no Brasil, tem como marco referencial o estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1994, estabeleceu um novo olhar ou um conceito sobre o termo e, com isso, elaborou um conjunto de diretrizes que deveriam ser consideradas fundamentais para a construção, formulação de políticas públicas para os Agricultores Familiares, como por exemplo, a gestão da unidade produtiva

Institucionalizadas, as definições da agricultura familiar, transformaram-se em apoio e base para as iniciativas de formatação de um programa de crédito rural voltado para a agricultura familiar. Em 1995, surgiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que, mais tarde, serviu de base para a criação do PRONAF, em 1996, e considerada, posteriormente, a mais importante política pública de crédito rural em benefício dos Agricultores Familiares.

São inúmeras as formas de investimento com que as populações da zona rural podem contar, conforme alguns fatores como: a diminuição da população rural, da mão-de-obra rural, da produção agrícola, da elevação do custo de vida e de produção, neste contexto podemos citar na área Federal o crédito rural – PRONAF (custeio e investimento) e seus subprogramas como o programa de agroindústria, programa mais alimentos, entre outros, na linha da proteção da produção, (garantia de safra, programa de garantia de preços para a agricultura familiar, seguro da agricultura familiar).

Na área da comercialização, (programa mais gestão, programa nacional de alimentação escolar, programa de aquisição de alimentos, rede Brasil rural, sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária), na área da ATER a (diversificação econômica, entidades prestadoras de serviços, fomentos a ATER, formação de agentes de ATER, redes temáticas de ATER), na questão fundiária os programas de acesso a terra e regularização fundiária reforma agrária (cadastro de terras e regularização fundiária, instituto nacional de colonização e

reforma agrária, programa nacional de crédito fundiário, programa terra legal, terra forte), além do Bolsa Família, benefícios como aposentadoria rural e pensão, o acesso a SUS. Em âmbito Estadual, o Programa estadual de agroindústria familiar, programa leite gaúcho e pecuária familiar, programa gaúcho de cooperativismo rural, programa RS Pesca e aquicultura, programa irrigando a agricultura familiar, programa agricultura de base ecológica.

Em nível municipal, o projeto agricultura forte e sustentável (desconto em horas máquinas), o projeto alumínio zero (calcário), o programa dissemina (convênio governo estadual), sistema de inspeção municipal (SIM). Percebe-se assim a existência de políticas públicas em prol da agricultura familiar, no entanto, conforme amostragem realizada na localidade de Ijuapirama/RS, apenas algumas destas estão sendo acessadas pelos Agricultores Familiares da Localidade.

2 RECURSOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa adotada buscou compreender a trajetória, a realidade e as perspectivas de futuro das unidades de produção familiares, no município de Jaguari/RS, tendo como base uma de suas comunidades, de Ijucapirama.

2.1 Caracterização do método de estudo

A compreensão dos conhecimentos frente à temática advém de referenciais teóricos que evidenciam aspectos relevantes e delimitados, dando sentido e importância da pesquisa, aprofundando conceitos teóricos em relação à problemática e aproximando-se da realidade com um processo orientado por objetivos. Destaca-se a importância de pesquisar para compreender os inúmeros desafios enfrentados pelas unidades de produção familiar.

Para realizar a pesquisa, foram visitadas 21 (vinte e uma) famílias da Comunidade de Ijucapirama, e as entidades que representam os agricultores familiares, no município. Um questionário semiestruturado foi utilizado como ferramenta de pesquisa qualitativa; as entrevistas foram individuais, com perguntas abertas e fechadas para adequar-se melhor aos propósitos do estudo: tema e campo de pesquisa.

Segundo Minayo (2000, p. 134), a

pesquisa qualitativa é relevante para: (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) para compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais; (c) para avaliação das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de uma formação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

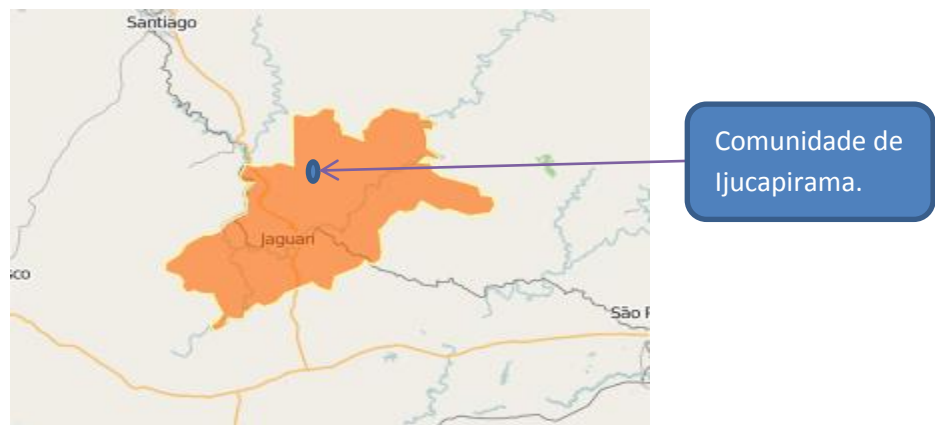
Os objetivos e o problema de pesquisa nortearam a elaboração e a organização das entrevistas, sendo pensadas e estruturadas para que as informações coletadas fornecessem indicadores, que possibilitassem a construção do estudo. As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas diferenciadas para os agricultores familiares e para os representantes dos segmentos ligados à agricultura familiar; também, análise de documentos oficiais, técnicos e científicos que serviram para conhecer a história e as políticas públicas disponíveis para as unidades de produção familiar.

Os agricultores familiares foram os principais sujeitos da pesquisa, no contexto da pesquisa social, com ênfase nos aspectos qualitativos em que todas as unidades familiares não foram consideradas como equivalentes.

2.2 Área de abrangência da amostragem estudada

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), a população de Jaguari é formada por 11.473 habitantes. Deste total, 4.952 residem no meio rural. A amostra do estudo foi formada e estratificada, envolvendo 21 famílias (36%) das 58 famílias da comunidade de Ijucapirama. Para melhor entendimento observe a figura 1:

Figura 1: Mapa de localização da pesquisa, 2015.



Fonte: IBGE, 2015. (adaptado por Cattelan, 2016).

Na escolha da amostra, a representatividade proporcional foi o quesito central. No critério de escolha, foram utilizados os agricultores familiares residentes na Comunidade através de roteiro pré-determinado. Partindo das famílias dos moradores mais antigos, foi empregada a metodologia da “bola de neve” na realização das entrevistas, a qual é considerada por Albuquerque (2009) uma metodologia não probabilística, tendo em vista que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra.

Para as entrevistas com os representantes das entidades partiu-se de um convite aos representantes legais, especialmente aos gestores e ou seus representantes.

Como critério de exclusão das famílias, adotaram-se: (a) recusa em participar do estudo; (b) ausência em sua residência no dia da entrevista.

2.3 Procedimentos metodológicos e análise dos dados.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas, empregando ferramentas da pesquisa qualitativa:

- 1º) Levantamento de dados históricos do município e da comunidade de Ijuçapirama em locais como a Biblioteca Pública Municipal, Museu Municipal, Livro Tombo da Paróquia Centenária de Nossa Senhora da Conceição, livros, revistas, sites, teses, artigos, entre outros.
- 2º) Entrevistadas 21 famílias da Comunidade de Ijuçapirama, representando uma amostra de 36 % do total de 58 famílias da Comunidade.
- 3º) Entrevistados os gestores das entidades ligadas ao meio rural como: EMATER/RS-ASCAR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal de Agricultura.
- 4º) Análise e interpretação dos dados obtidos nas entrevistas e em materiais bibliográficos, baseadas em aportes teóricos, de forma qualitativa e quantitativa para alguns dados estatísticos obtidos, fazendo de forma descritiva.

Para a realização das entrevistas, seguiu-se as normas do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), conforme prevê a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012; os sujeitos de pesquisa foram informados sobre os seu objetivos e suas finalidades. Para isso, o projeto foi encaminhado ao CEP da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, para avaliação ética. Com o projeto, conforme parecer nº 920.665 de 16/12/2014, realizou-se a pesquisa com a participação de somente os sujeitos que concordaram livremente em participar da mesma assinando o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) (Anexo C).

Quando convidados para participar das entrevistas, os agricultores familiares eram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e recebiam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram realizadas de forma individual, após a devida autorização do agricultor, e posteriormente transcrita. Esta foi, sem dúvida, a fase mais relevante do trabalho, pois a interação entre pesquisador e sujeitos é importante ao longo do processo de pesquisa qualitativa (MINAYO, 2000). As entrevistas não se resumiram a um trabalho de coleta de dados, mas sempre houve uma situação de interação em que as informações dadas pelos sujeitos puderam ser afetadas pela natureza de suas relações com o pesquisador, no caso o entrevistador (MINAYO, 2000).

Os sujeitos que concordaram em participar da entrevista foram convidados a responder o instrumento de pesquisa que foram organizados da seguinte forma:

- 1º Roteiro do questionário semiestruturado da entrevista para os agricultores familiares (ANEXO A);

2º Roteiro do questionário semiestruturado da entrevista para os gestores ou funcionários autorizados (ANEXO B).

Após a conclusão da pesquisa, os resultados foram devolvidos para a comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, por meio de reunião com as famílias entrevistadas, com o envolvimento de um segmento importante da comunidade, a Escola Estadual de Ensino Médio Ijucapirama.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AMOSTRAGEM

Os resultados foram obtidos com a pesquisa de campo por meio de questionário aplicado na entrevista, com agricultores familiares e com os representantes das entidades ligadas ao segmento, e das análises feitas através da pesquisa documental sobre a história da Comunidade de Ijucapirama e do Município de Jaguari/RS.

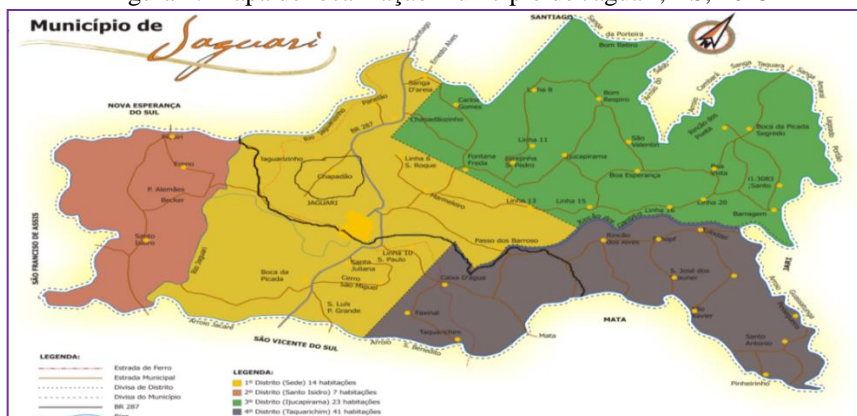
3.1 Resultados da análise documental e histórica do Município e da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

3.1.1 O município de Jaguari: aspectos gerais

A análise documental baseia-se principalmente no livro de Jose Newton Cardoso Marchiori, “Esboço Histórico de Jaguari”, que apresenta um conhecimento considerável a respeito da história do município pesquisado, permitindo uma reflexão do tema sobre dados históricos de Jaguari.

O Município de Jaguari está localizado na região Centroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 29°29’51’’ de latitude sul e 54°41’24’’ de longitude oeste, uma altitude média de 112 metros e 402 km distante da capital do Rio Grande do Sul. O município é banhado pelo Rio Jaguari, afluente do Ibicuí e é reconhecido pela sua exuberante natureza, tornando-o reconhecido como “Cidade das Belezas Naturais”. Faz divisa com São Vicente do Sul, Mata, São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul, Santiago e Jari. A figura 2 apresenta uma visualização dessa descrição.

Figura 2: Mapa de localização município de Jaguari, RS, 2015



Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

Economicamente, Jaguari, está alicerçado no setor primário, tendo como destaque o cultivo de arroz irrigado, soja, milho, cana de açúcar, fumo e videiras, além da criação de bovinos de corte e leite, bem como da indústria da cachaça e do vinho. A comunidade de Ijucapirama, onde realizamos a pesquisa, está localizada no 3º distrito, composta por 58 famílias de Agricultores Familiares, distante 16 km da sede do município. Participaram da pesquisa 21 famílias de agricultores da comunidade.

Para melhor compreensão, foi realizada uma abordagem descrevendo aspectos históricos relevantes do município de Jaguari, partindo da formação do nome que vem do Tupi e significa “Rio do Jaguar”, o que, segundo Marchiori (1999, p. 13), a etimologia não deixa dúvidas, pois Jaguar é o nome do felídeo, em guarani, e o sufixo Y corresponde a rio na mesma língua. Brandão (1940), chamava o “Rio Jaguari” como o Rio das Onças. Deu-se, assim, origem ao nome do município de “Jaguari ” o qual se situa às margens deste rio, o que nos remete ao século XVII onde seu território era ocupado por Índios Guaranis. Portanto, sua origem, segundo a história, provém de uma redução jesuítica, instalada em 1632 com a chegada dos padres Romero, Luiz Ernot e Manuel Bertot, que fundaram, na margem direita do Rio Jaguari, a primeira redução da Província de Tape, de Índios Guaranis, denominada de São Tomé por um período de curta duração.

Posteriormente, mais precisamente em 13 de novembro de 1858, o deputado João Pereira da Silva Borges Fortes propôs, na Assembleia Legislativa Provincial, a colonização das terras situadas às margens do rio Jaguari Grande. Assim, no ano de 1871, foi assinado o Decreto de criação de uma colônia agrícola para nacionais e estrangeiros às margens deste mesmo rio, porém, cabe ressaltar, que se passaram vários anos até que os primeiros lotes fossem ocupados, sendo entre os anos de 1888 e 1906 com a instalação dos primeiros imigrantes, em 14 de setembro de 1888, no município. Esses foram distribuídos nos 78 lotes de 25 hectares cada, segundo Brandão, (1940) sendo que a maioria das famílias era de origem italiana, mas também de povos alemães, húngaros e poloneses. É importante ressaltar que estes não eram agricultores e sim artesões, tecelões, músicos e de outras profissões, o que pesou no enfrentamento das dificuldades do trabalho pesado de derrubada das matas para a implantação das futuras lavouras, bem como o isolamento e a falta de recurso.

A forte religiosidade trazida por esses colonizadores fez com que perseverassem no Município (GAMPERT, 1982). Vieram acompanhados pelo D. Otávio Cattaneo, que rezou sua primeira missa no domingo de Páscoa, em abril de 1890, e em 1893 deu-se o início da construção da Igreja Matriz, que foi concluída e inaugurada em 1915.

No ano de 1891, deu-se a fundação da Colônia de Jaguari sob a responsabilidade do Dr. Jose Manuel de Siqueira Couto, como administrador da Colônia desde seu começo em 21 de março de 1891. Neste mesmo ano, Severiano de Almeida assumiu a chefia da comissão de terras e colonização, impulsionando a colônia Jaguari, sendo retomada a medição dos lotes e preparando novos lotes para a colonização, chegando ao ano de 1894 com uma população de 7.932 habitantes e 2.174 famílias. Segundo Brandão (1940) havia também uma colônia próspera, com uma produção abundante de milho, mandioca, trigo, feijão, alfafa, cana de açúcar (aguardente), uva (vinho), fumo, arroz.

Em 1895, a Colônia Jaguari recebeu do governo do estado um moderno moinho para fabricar farinha, descascar arroz, entre outros produtos, além do legado trazido pelos imigrantes que instalaram pequenas fábricas nas suas residências como serrarias, fábricas de calçados e tamancos e cigarros, impulsionando seu crescimento. Isso fez com que Severiano de Almeida enviasse correspondência ao governo, manifestando a necessidade de transformar a colônia em município, chegando notavelmente ao século XX com mais de 2.000 residências na sede, ultrapassando a 14.500 habitantes, em 1906.

Notável acontecimento da época foi a construção da ponte sobre o rio Jaguari, inaugurada em 01 de março de 1899. No ano de 1915, foi inaugurada a primeira usina de energia elétrica de Jaguari. Já em 1916, a colônia de Jaguari sofreu uma estagnação na sua economia pelo elevado êxodo da população, com a saída de inúmeras famílias, chegando nesse período a perder 1.000 habitantes. Nos anos de 1917 e 1918, as secas e as sucessivas nuvens de gafanhotos prejudicaram muito a população. Outro fato importante foi a construção da estrada de ferro, inaugurada em 13 de maio 1919, o que facilitou o escoamento da produção que, até então, era uma tarefa de muita dificuldade.

Em 16 de agosto de 1920, o município de Jaguari foi emancipado politicamente pelos decretos nº 2.627 e 2.628, sendo desmembrado das áreas de São Vicente do Sul, Júlio de Castilhos, Santiago do Boqueirão e São Francisco de Assis e nomeado para sua administração provisória, o bacharel Miguel Chmielewski e Cloraldino Teixeira.

No dia 10 de setembro de 1920, a área foi dividida em quatro distritos, sendo definida a Vila Jaguari como sede do primeiro distrito, Nova Esperança como segundo, Capela da Linha 14, como terceiro e Boca da Picada de São Xavier como quarto distrito, chegando o município a meados do ano de 1922 a alcançar 20.000 habitantes.

Em 25 de setembro de 1921, ocorreu a eleição municipal para intendente e conselheiros. Com a instalação do conselho municipal, foi elaborada a primeira Lei Orgânica do Município, (GAMPERT, 1982), sendo eleito Miguel Chmielewski que permaneceu no

cargo até 23 de novembro de 1923, assumindo o vice intendente Cloraldino Teixeira. Durante o movimento revolucionário de 1923, retirou-se para organizar e comandar o Corpo Provisório 25 da Brigada Militar e assumiu Cassiano Mello, subintendente do 1º distrito. Nesse período, surgiram candidatos à sucessão municipal, sendo eleito, após inúmeras polêmicas entre o candidato Silvio Marchiori e Severiano de Almeida que foi resolvida com a ação do Tribunal de Apelação do Estado, Silvio Marchiori (MARCHIORI, 1999).

Fato marcante do município, ocorrido no ano de 1932, foi a fundação da Cooperativa Agrária São José por um grupo de produtores de uva, que se encontra em funcionamento até os dias atuais. Seguindo seu curso, no dia 31 de março de 1938, através do decreto estadual nº 7.199, ocorreu uma reorganização administrativa e judiciária no estado do Rio Grande do Sul: o município conservava seus quatro distritos e a vila passava para a categoria de cidade e as sedes dos distritos, para a categoria de vila.

Em 30 de junho de 1939, a vila Linha Quatorze passou a denominar-se de Ijucapirama, (comunidade objeto dessa pesquisa) quando surgiram também os cartórios de registros. Encontravam-se em funcionamento diversas escolas municipais tanto na cidade quanto no interior do município; surgiam os clubes sociais, cinemas entre outras entidades sociais e culturais.

O censo demográfico de 1960 apontava uma diminuição da população e indicava como uma das principais causas do êxodo rural, a falta de assistência técnica e o empobrecimento do solo (MARCHIORI, 1999). Segundo Marchiori (1999), essa tendência teve uma redução na década posterior, sobretudo com as discussões que aconteciam nas semanas ruralistas promovidas pela Igreja Católica por meio da Diocese de Santa Maria. Foi então que, na 3ª Semana Ruralista, aconteceu, na cidade, um ciclo de palestras que envolviam as entidades locais, estaduais e federais para darem início a uma série de ações em busca de valorização do trabalhador rural e da sua produção.

Nesse período, ocorreu a fundação da cooperativa Tritícola de Jaguari Ltda e do Sindicato dos trabalhadores Rurais. Deu-se início também às construções dos grupos escolares estaduais, distribuídos pelos quatro distritos, além da construção de uma escola agrícola na localidade denominada Chapadão 1º distrito, passando assim a serem intensificadas as ações e o apoio do poder público municipal na realização das semanas ruralistas, buscando apoio de mais entidades como, por exemplo, da UFSM.

Na década de 60, iniciou-se a instalação da energia elétrica no interior do município, período em que o Prefeito Municipal da época, sentindo as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, buscou dar maior orientação e apoio, assinando o convênio de abertura do

escritório municipal da ASCAR, mais precisamente em 10 de novembro de 1966. Como uma das primeiras ações, os técnicos da ASCAR, mais precisamente no ano de 1973, realizaram um mapeamento das comunidades, colhendo assim informações importantes para planejar ações que pudessem traçar um plano de trabalho em busca de atividades que desenvolvessem o meio rural como a recuperação do solo, as mudanças na forma de cultivar a terra e o saneamento básico.

Nesse período, surgiu o ciclo da soja e, com ele, a reformulação da cooperativa Agrícola Jaguari Ltda, reanimando assim os agricultores com a assistência técnica e o financiamento para a implantação e a comercialização da produção pela cooperativa. Surgiram, também, diversas casas de comércio tanto na área urbana quanto na área rural, aumentou o número de casas bancárias, pequenas indústrias, entre outros empreendimentos comerciais.

Em 1988, ocorreu a emancipação do distrito de Nova Esperança pela lei estadual nº 8559, de 13-04-1988, que o desmembrava do município de Jaguari e passava à denominação de Município de Nova Esperança do Sul, ficando a superfície atual Município de 673,401 Km², dividido por 4 distritos: Sede, Santo Izidro, Ijucapirama, Taquarichim e o rio Jaguari, como o principal curso d'água do município, abastecido pelos seus principais afluentes: o Pessegueiro, Cambará, Tunas, Caracol, Taquarichim, Pinheiro, Jaguarzinho e Piquiri. Por fim, o município possuía uma população de 11.473 habitantes, com aproximadamente 57% (6.525) residentes na área urbana e 43% (5.489) habitando o meio rural.

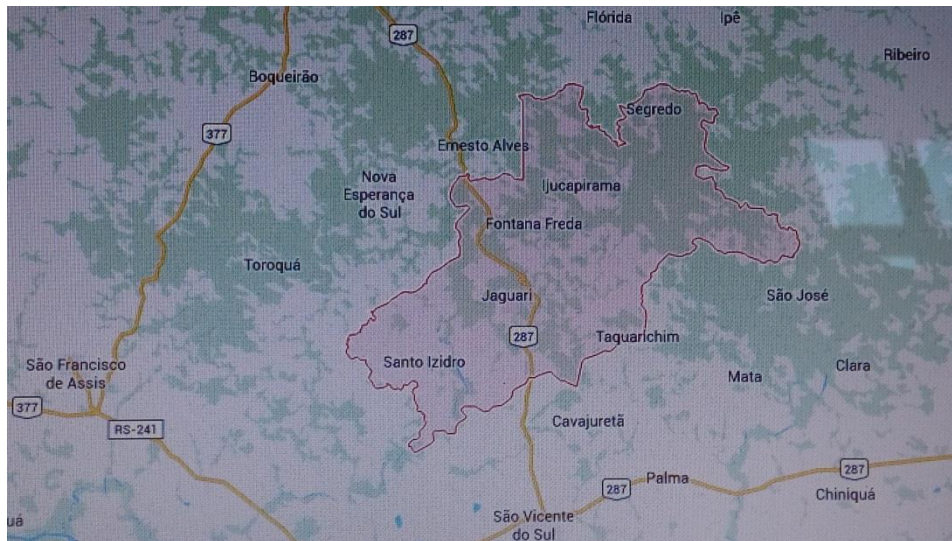
Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, as faixas etárias no Município estão distribuídas da seguinte forma (2010): população com menos de 15 anos 1.876 pessoas (16,75%), população de 15 a 64 anos 7.887 pessoas (68,74%) e população de 65 anos ou mais 1.710 pessoas (14,90%).

Levando-se em consideração o Produto Interno Bruto (PIB), a atividade econômica apresentava os serviços com 52%, seguido da agropecuária (34%) e pela indústria, com 14%, apresentando um IDH de 0,795 (PNUD, 2000).

3.1.2 A Comunidade de Ijucapirama: Aspectos Gerais

A comunidade de Ijucapirama está localizada no 3º distrito no município de Jaguari, região rural. Para melhor compreensão e visualização, apresenta-se a figura 3:

Figura 3: Mapa de localização da comunidade de Ijucapirama, Jaguari, RS, 2016.



Fonte: Google maps, 2016.

Baseado nos relatos das pessoas da Comunidade de Ijucapirama e nos registros da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Jaguari/RS, a comunidade teve sua formação com a chegada dos imigrantes italianos, quando no ano de 1889, o então encarregado de colonizar a região, Dr. Severino de Almeida, após a demarcação dos lotes e a chegada de um grupo de imigrantes vindos do Município de Silveira Martins, foram destinados a colonizar a região.

Entre as primeiras famílias a colonizar a comunidade de Ijucapirama, encontravam-se as Famílias Giacomelli, as Famílias Callegaro, as Famílias Pivetta e as Famílias Tramontino, entre tantas outras famílias, como ilustrado na Tabela 2, e Figuras 4 e 5. Esses, quando chegaram, receberam a localização de seus lotes e os valores a serem pagos além de alguns materiais de trabalho que consistiam basicamente de machado, foice, serra manual, trado e picareta, que eram doados pelo governo aos imigrantes, além de panela e frigideira para cozinhar os alimentos (relato de moradores, 2015).

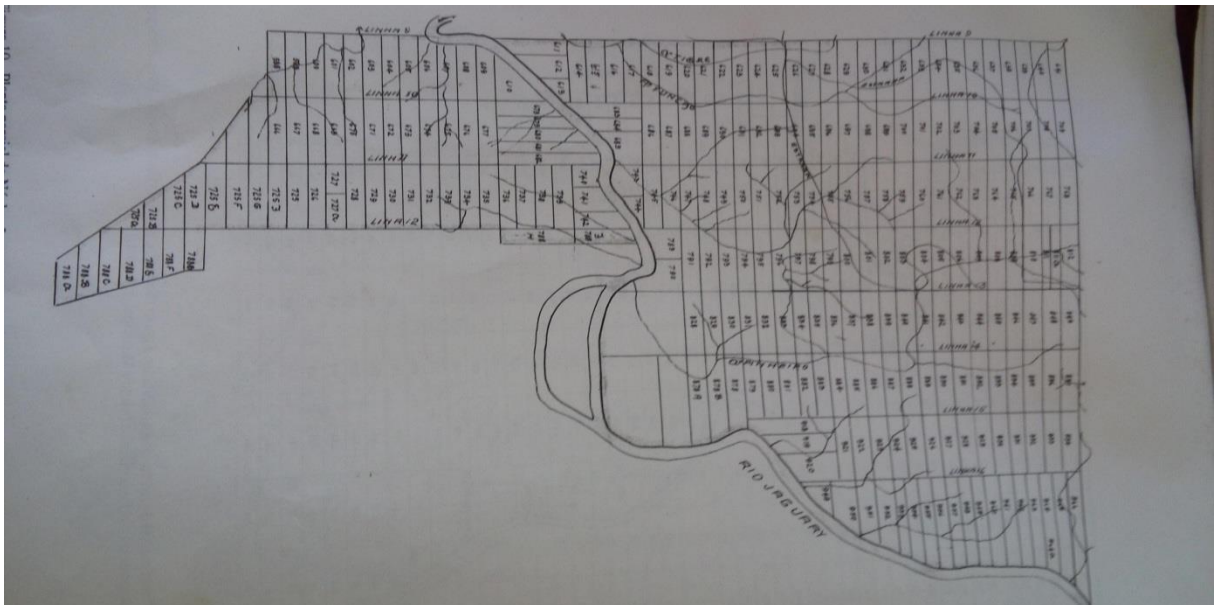
Tabela 2: Relação dos primeiros imigrantes / colonizadores da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.

3.º DISTRITO

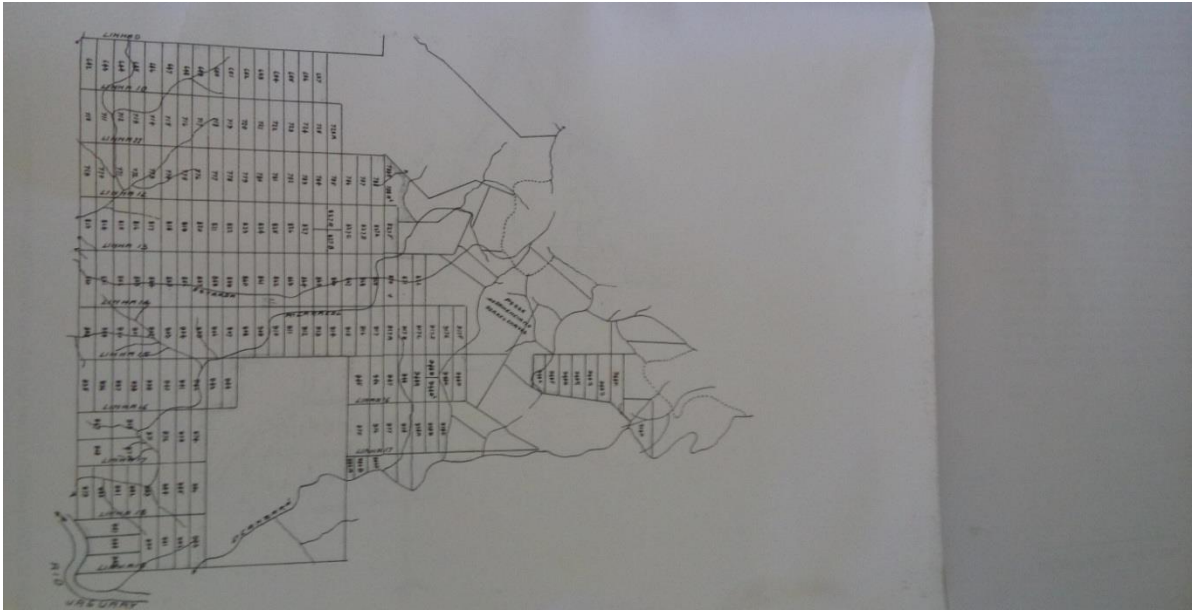
PROPRIETÁRIOS	Local	Área em hectares	Valor venal
1 Bernardino Vacari F.º	Ijucapirama	27	3:800\$000
2 Domingos Compononi	"	20	2:800\$000
3 Emilio Sobek	"	37	5:300\$000
4 Fernando Hanzel	"	25	3:500\$000
5 Fortunato Piveta	"	62	8:700\$000
6 Helena Kempa F.º	"	6	900\$000
7 Inocencio Tramontim	"	21	3:000\$000
8 Joana S. Preto	"	12	1:700\$000
9 João, Carolina e V. Tramontim	"	"	"
10 João Watch	"	21	3:000\$000
11 João Piveta	"	19	2:700\$000
12 João Piveta	"	31	4:400\$000
13 João Tramontim	"	25	3:500\$000
14 João Campangan	"	2	300\$000
15 João Stanislawski	"	25	3:500\$000
16 João Batista Piveta	"	34	4:800\$000
17 João Preto	"	18	2:600\$000
18 José Vergilio Sfredo	"	2	300\$000
19 José Piveta Sob.º	"	63	9:000\$000
20 José Calegare Sob.º	"	56	7:900\$000
21 José Sansonovski	"	48	6:800\$000
22 José Piveta	"	56	7:900\$000
23 Leonardo Knavariski	"	100	14:000\$000
24 Lucio Preto	"	31	4:400\$000
25 Luiz Calegare	"	84	12:000\$000
26 Mario Piveta	"	9	1:300\$000
27 Mario Preto	"	32	4:400\$000
28 Mario Giacomelli	"	85	3:500\$000
29 Miguel Cardoso	"	11	1:600\$000
30 Miguel Pedro da Silva	"	8	1:200\$000
31 Miguel Piveta	"	37	5:200\$000
32 Paulo Campangan	"	13	1:900\$000
33 Nicodemos Kilmiski	"	50	7:000\$000
34 Pedro Giacomelli	"	25	3:500\$000
35 Pedro Calegare	"	35	5:400\$000
36 Pedro Watch	"	29	4:100\$000
37 Reinaldo Fach	"	4	6:000\$000

Fonte: Livro Jaguari de Cincinato Brandão, 1940, p.102.

Figura 4: Mapa da divisão dos lotes distribuídos na colonização do município/comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.



Continuação do mapa:



Fonte: Livro Gênese da Colonia Jaguari, 2000, p. 26 e 27.

Figura 5: Foto casal de imigrantes Italianos, Sr^o Inocencio Tramontino e esposa. Ijucapirama, Jaguari/RS, 1900.



Fonte: Alsina Flores Cattelan.

Todos esses imigrantes chegavam com muita coragem e esperança e embrenhavam-se nas matas em busca de uma vida nova, abrindo clareiras para cultivar a terra e construir suas casas. É importante salientar que, no início, chegavam apenas os homens e, depois de

estabelecidos, vinham as mulheres com os filhos que estavam aguardando no Município de Silveira Martins.

Esses bravos homens enfrentaram inúmeras dificuldades, precisavam dormir, nos primeiros momentos, em jirais para não serem atacados pelas feras (onças). Seguidamente suas plantações eram dizimadas pelas varas de porcos do mato, entre outros animais, mas seguiam se dedicando a cultivar a terra, produzindo milho e trigo e mais tarde cevada e alfafa.

Na época, a região também era habitada por alguns índios, já catequizados pelos padres Jesuítas que passaram pela região, na época da redução de São Tomé. Após a chegada dos imigrantes, eles foram embrenhando-se para o interior da mata e desaparecendo gradativamente.

Os primeiros colonos alimentavam-se de caça e, mais tarde, com a produção de milho, faziam polenta e pão. A farinha era produzida era resultado da moção dos produtos (milho, trigo) com o manjolo. Com o passar dos anos, a produção foi aumentando e a diversidade alimentar também, e, com a aquisição de animais (vacas, porcos), os produtos produzidos eram levados à cidade no lombo de cavalos por meio de estradas abertas por picaretas.

A comunicação entre as famílias era realizada pessoalmente, sendo que mais tarde surgiu a figura do estafeta que levava as correspondências, a cavalo, uma vez por semana, e posteriormente as estradas foram alargadas e passaram a utilizar carroças, carretas e aranhas.

Na questão religiosa, a orientação era dada pelos padres Jesuítas que vinham uma vez por ano da região de Guarani das Missões e Erechim. Nessas visitas, celebravam casamentos, batizados e preparavam as crianças para a primeira comunhão. Segundo os registros, estiveram também presentes na comunidade os missionários em 6/9/1934, 18/03/1945 e em 4/11/1961 e, segundo relato dos mais velhos, na época eles realizavam batizados, casamentos e fortaleciam e alimentavam a fé das pessoas.

As diversões mais comuns eram os bailes e reuniões nas casas das famílias, onde cantavam saudosas canções de sua Pátria Natal. As meninas somente participavam dos bailes acompanhadas pelos seus pais. Na época, também, como meio de diversão, eram realizados alguns jogos como: de osso, da mora, de cartas e bocha.

A comunidade foi crescendo com a chegada de mais imigrantes e com o nascimento dos filhos, recebendo inicialmente o nome de Mauá, que permaneceu até 1905, quando passou a chamar-se Capela da Linha Quatorze. Mais tarde, tornou-se sede do 3º distrito pelo decreto estadual nº 7.842, de 30-06-1939 e passou a denominar-se sede Ijuçapirama, cujos marcos são: ao Norte – Caracol, ao Sul-Pinheiro, ao Leste-Linha 15 e ao Oeste-Linha 12.

Dentre os imigrantes, alguns se destacaram, como Sr. Basilio Giacomelli que sabia falar várias línguas (Italiano, polonês, alemão, austríaco e, posteriormente, português) e por ter construído o primeiro moinho e engenho de cana-de-açúcar movido com a força da água. Além dele, o Sr. José Callegaro destacou-se no comércio a partir de 1912, vendendo alimentos, tecidos, ferramentas, louças, produtos farmacêuticos e perfumaria, sendo este o primeiro comerciante da comunidade (Relato Alsina Flores Cattelan).

Da comunidade também surgiram pessoas públicas, políticos como o primeiro subprefeito da comunidade, o Sr. Bento José do Carmo, e o primeiro professor, Alfredo Ihart, que lecionava na Igreja (anteriormente as crianças eram levadas até a comunidade de Fontana Freda, onde lecionava o primeiro professor da região Sr. Constante Patias).

Alguns fatos comunitários foram marcantes, como a primeira capela construída em 1900, que media 10mx7m com um altar construído em alvenaria e cobertura de tabuinha, com um sino instalado em 1919 e que existe até hoje.

Figura 6: Primeira Igreja da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1900.



Fonte: João Damazio Cattelan

Figura 7: Segunda Igreja da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1924.



Fonte: Livro de Cincinnato Brandão, 1940, p. 305.

Posteriormente, foi iniciada a construção de uma segunda capela (1924) de alvenaria e coberta de zinco, sendo sua pedra fundamental abençoada pelo Pe. Farinonem, em 02 de setembro de 1945, tendo como padroeiro o Divino Espírito Santo. Foi construída na região mais central da comunidade e se manteve em atividade até 1984, quando foi substituída porque se tornou pequena.

A comunidade acrescia cada vez mais número de moradores. Tornando-se pequena a antiga igreja, fez-se necessária a construção de uma terceira Igreja, mais ampla, que pudesse acolher melhor as pessoas. Foi inaugurada e abençoada no dia 29 de janeiro de 1984 pelo Bispo Diocesano Dom Ivo Loischerter, e anualmente a comunidade promove a festa de seu padroeiro, o Divino Espírito Santo. Atualmente é a única capela existente na Comunidade.

Figura 8: Terceira e atual Igreja da comunidade de Ijucapirama, Jaguari, RS, 1984.



Fonte: Pesquisador, 2016.

Cabe ressaltar que, nos anos 70, a comunidade de Ijucapirama alcançou um número de 74 residências, com uma população crescente e a atividade produtiva familiar em expansão. Os agricultores recebiam assistência técnica da ASCAR por meio dos técnicos do escritório municipal. Para ilustrar e entender melhor, veja a figura 9:

Figura 9: Mapa da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 1973.

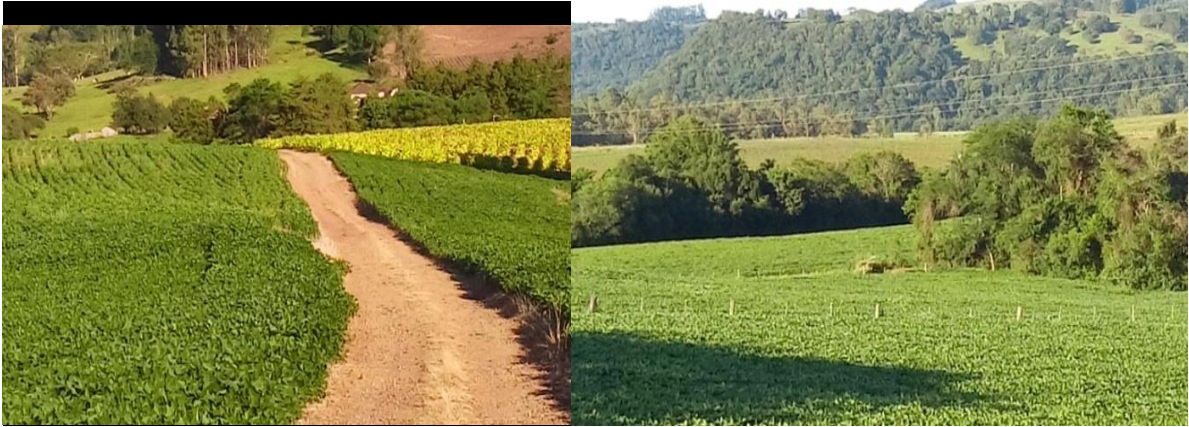


Fonte: Emater-RS/ASCAR

Seguindo seu curso, a comunidade mantinha-se alicerçada economicamente na agricultura familiar, produzindo derivados de cana-de-açúcar, soja, milho, fumo, gado de corte. Além disso, plantavam produtos de subsistência como mandioca, batata doce, hortaliças, criavam aves de corte e postura e suínos e ainda atuavam na atividade madeireira como engenhos de serra.

Figura 10: Áreas de produção das Unidades produção familiar da comunidade de Ijucapirama, 2015.



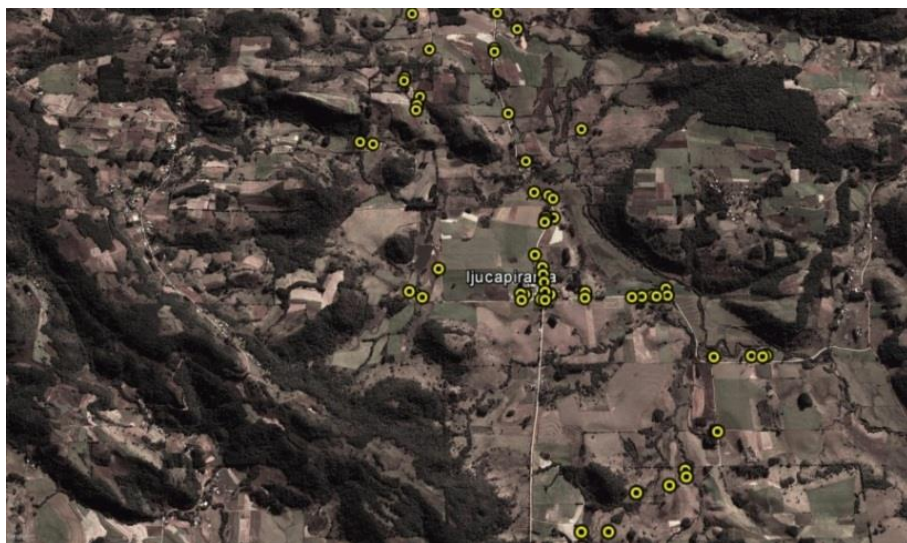


Fonte: Pesquisador, 2015

Na comunidade, durante sua formação, havia cartório de registro, casas de comércio, posto da Brigada Militar, posto de saúde, sapatarias, porém essas estruturas, com a saída das pessoas da comunidade para as cidades, enfraqueceram e foram extintas. Atualmente, existem pequenos armazéns de comércio (bar, lancheria), a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, a igreja, o salão comunitário, cemitério e um ginásio de esportes.

Segundo relato dos moradores, as pessoas ainda continuam a sair gradativamente da comunidade para ir residir nas cidades. O número de moradores diminuiu muito, se comparado aos anos 70, quando havia 74 famílias residindo na comunidade. Hoje são 58 famílias, o que corresponde a uma evasão de 23% das famílias que residiam na comunidade, ficando evidente o êxodo rural. Para melhor visualização veja as figuras 9 e 11:

Figura 11: Mapa da comunidade de Ijucapirama, Jaguari, RS, 2015.



Fonte: Google maps, 2015

Percebe-se que a comunidade não é um espaço isolado, autônomo, pois há uma inter-relação dessa comunidade com as demais comunidades.

Figura 12: Sede social e ginásio de esportes da comunidade de Ijucapirama, Jaguari, RS., 2015.



Fonte: Pesquisador, 2015.

As pessoas que vivem na comunidade são frutos da sua formação e formadores de gerações futuras. Neste sentido, buscamos entender, conhecer seus desejos, interesses e sua forma de viver em comunidade.

3.2 Resultados das entrevistas realizadas com as Lideranças das Entidades Locais ligadas ao segmento rural do Município de Jaguari/RS

Nas respostas das entrevistas realizadas com as lideranças das entidades que representam o segmento rural no município de Jaguari, tanto em nível Municipal (Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Agricultura), da prestadora de assistência técnica e extensão rural que atua em forma de convênio com o estado e município a EMATER/RS-ASCAR, quanto das entidades que representam a classe dos agricultores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), observa-se que de alguma forma trabalham com projetos e políticas públicas que beneficiam a população do meio rural.

A Secretaria Municipal de Agricultura desenvolve o projeto *agricultura forte e sustentável* que propõe desconto em horas máquinas, o *projeto alumínio zero* (calcário), o programa dissemina, através do governo estadual, fornecendo sêmen e o inseminador tanto para gado de corte como de leite de forma gratuita, além do sistema de inspeção municipal (SIM) em benefício das agroindústrias familiares de produtos de origem animal. Segundo

(ORTEGA e NUNES, 2002, p.123), “as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural devem articular o envolvimento de um conjunto de forças sociais locais atuando na implementação de ações coletivas, benéficas à comunidade”.

Neste contexto, trazemos a fala do representante da Secretaria Municipal de Agricultura, que enumera suas preocupações e dificuldades enfrentadas pela entidade no desempenho de ações em prol dos Agricultores Familiares do Município. Ao perguntarmos sobre a existência de alguma política pública sendo aplicada em favor da redução do êxodo rural, a resposta foi: “Hoje não temos uma ação nesta área (focada), a mulher não quer mais ficar, muitos vêm para cidade e voltam para o interior (casam com mulher da cidade)”.

Também, afirmou que para a agricultura familiar:

A Jaguari do presente e do futuro passa pela agricultura familiar, é o esteio de sustentação, nada gera sem ela, o processo de diversificação é a principal fonte econômica do município (essa é a ação anti-êxodo, exemplo (leite x fumo) indústria da bolacha, da rapadura, modelo trabalhado hoje não é profissional.

Na visão do representante, o futuro da agricultura familiar passa por algumas questões como:

Dependerá de algumas atitudes que devem ser tomadas especialmente técnicas, sem interferência política, isso entrava o desenvolvimento, tendendo a sucumbir como, por exemplo, à fiscalização que serve para incentivar a produção, o desenvolvimento passa pela legalização e tecnificação (profissionalização), o selo de origem, temos pontos turísticos e não utilizamos como potencial para ganhar dinheiro.

Considerou que as Comunidades Rurais estão em um constante esvaziamento, e que este processo passa:

Pela diversificação da produção e avanço da tecnologia (tornando a vida no campo mais acessível), onde o jovem poderá encontrar o que tem na cidade, freando o processo de envelhecimento. [...] Todos estão saindo, os idosos por mais conforto, os jovens estão saindo do município, especialmente as mulheres, meninas saem atrás de emprego, de comodidade, para não sofrer.

Já Putmann (2000) reforça que as forças organizadas, conforme o “capital social” da comunidade, estão relacionadas com a capacidade de organização dela e envolve, inclusive, o conjunto de normas e sistemas que se organizam para facilitar as ações coordenadas.

Pode-se perceber pela Entrevista realizada com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que o trabalho desenvolvido pela Entidade a qual foi criada na década de 60 com a finalidade de defender os pequenos agricultores, organizando, representando e

defendendo, especialmente pelos problemas sentidos e vividos, trabalha também com políticas públicas federais como o PRONAF, Crédito Fundiário, Minha Casa Minha Vida (grupal), previdência social – aposentadoria Rural; estaduais como o Troca Troca de sementes, distribuição de vacina aftosa e mudas para reflorestamento. Em nível municipal, atua representando os agricultores nos conselhos (agropecuário, saúde, meio ambiente, educação, idoso) na tomada de decisões frente às políticas públicas e agindo como representante de classe.

É importante ressaltar que, durante a entrevista, foi citada, em sua fala, as preocupações e dificuldades enfrentadas pela entidade no desempenho de ações em prol dos Agricultores Familiares como, “falta a devida consciência de classe; muitos interesses particulares, momentâneos, proibição do menor não poder trabalhar, pouca terra, questão ambiental e a sucessão rural”.

Colocou também que o movimento sindical trabalha:

Para implantar um novo sistema de crédito fundiário como forma de incentivar o jovem a permanecer no campo, busca também atender demanda reprimida de habitação, além de estarem lutando a nível federal pelo reconhecimento da agricultura familiar como produtora de alimento e diferenciais na comercialização como o preço mínimo.

Na sua fala, expressou com preocupação que:

Há 40 anos existiam muitos habitantes no meio rural, que 70 % do PIB era da agricultura familiar, e que hoje a preocupação é a monocultura de soja e fumo, dependência, além do envelhecimento rural, a falta de política pública e de conscientização da importância do meio rural, precisa de uma mudança de pensamento para manter o jovem no campo, a educação no meio rural.

Além disso, afirmou que “todos estão deixando o campo, especialmente os jovens do sexo feminino”, e que “problemas como a falta de energia elétrica, comunicação (internet), educação volta ao meio rural, estradas, prejudicam a permanência em especial do jovem no campo”.

É importante entender que a luta sindical que acontece na estrutura organizativa da sociedade somente pode ser compreendida a partir das diversas relações que a compõe, o entendimento de como aconteceram ou porque não aconteceram os processos de transformações que culminaram em mudanças. Bertolazzi (1989, p. 2) coloca que “para isso, é preciso perceber que o sindicalismo só pode ser compreendido em contextos reais e no bojo das relações sociais concretas”.

A EMATER/RS-ASCAR que atua como prestadora de serviço de extensão, segundo as informações obtidas na entrevista, vem atendendo as demandas dos agricultores. Aplica as políticas públicas governamentais às chamadas públicas federais (chamada pública bovinos de leite, reforma agrária e crédito fundiário) e o fomento para segurança e soberania alimentar para famílias em extrema pobreza e na elaboração dos projetos de crédito rural mais especificamente do PRONAF investimento. Em nível estadual, atua no programa de irrigação (mais água mais renda) da SEAPA, fruticultura, olericultura, mais leite de qualidade e o programa estadual de agroindústria da SDR. Além disso, apoia os projetos municipais da SMA como a atividade leiteira, o projeto de calcário alumínio zero e ao sistema municipal de inspeção, o SIM, levando inovação tecnológica e informações sociais, ambientais e econômicas.

As ações da extensão rural municipal estão voltadas à aplicação das políticas públicas governamentais. Para isso, a ATER segue princípios participativos e de enquadramento nas regras de cada política para realizar a inclusão dos agricultores familiares que vai desde o crédito, da diversificação, até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes de mudança, valorizando o conhecimento e respeitando a vontade, a iniciativa dos mesmos, proporcionando-lhes a cidadania. Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu art. 187, IV:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente (...) a assistência técnica e extensão rural.

É relevante trazermos as preocupações citadas na fala durante a entrevista, bem como as dificuldades enfrentadas pela entidade no desempenho de ações em prol dos Agricultores Familiares como:

A conjuntura da crise estadual e federal, recursos limitados (tanto para entidade como para os agricultores), fatores sociais (êxodo rural, sucessão rural, desmotivação do produtor), sendo reforçada na fala de um dos técnicos que o agricultor investe até os 53 anos, depois para.

Na sua fala afirma, também, que em relação à redução do êxodo rural, “no momento não possuem nenhum trabalho, política pública, existindo apenas uma iniciativa na Pedagogia da Alternância uma Casa Familiar Rural (CFR)”. Ainda, segundo a entidade, a agricultura familiar é “a essência do município, o município surgiu pela agricultura familiar, hoje representa o segundo maior PIB municipal”. Entendem, também, que “quem sobreviver no

campo, ficar, vai ter uma renda boa, a identidade de produtor familiar, porém vai ter que ser empreendedor rural e a educação é fundamental para o desenvolvimento da agricultura”.

Na fala, manifesta-se uma preocupação quanto ao futuro das comunidades rurais:

Só ficará quem tiver mecanização, haverá comunidades que se extinguirão, o casal envelhecerá, venderá a terra e vai vir pra cidade (inchaço urbano), a sucessão rural não acontece, também irão diminuir as questões de lazer, festas necessidade de criar políticas públicas específicas, poderá acontecer o retorno para o campo, mas hoje os jovens (meninas) de cada 100 rapazes ficam 3 a 4 meninas saem para estudar e em segundo lugar os idosos.

Cabe salientar que nenhuma destas entidades citadas, segundo as entrevistas, apesar de manifestarem preocupação com a saída das pessoas do campo, tem uma política pública específica para conter, controlar e ou estabilizar o êxodo rural e propiciar ampliação e a manutenção da força de trabalho no meio rural. Conforme fala do representante da Secretaria Municipal de Agricultura, quando diz que “hoje não temos uma ação nesta área (focada)”, o representante da EMATER/RS-ASCAR afirma, também, que “no momento não tem nenhum trabalho, política pública, existindo apenas uma iniciativa na Pedagogia da Alternância uma Casa Familiar Rural (CFR)”. A mesma questão aparece na fala do representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais: “a entidade busca por um novo formato do crédito fundiário que beneficie o jovem do campo, uma política de preço mínimo e o reconhecimento da agricultura familiar como produtora de alimento”.

Percebe-se uma preocupação com a vinda dos jovens para a cidade, especialmente as mulheres, assim muitos homens acabam casando e morando na cidade, mas desempenhando a atividade de agricultor, o que pode caracterizar um novo modelo de atividade urbano-rural. Problemas como a falta de energia, de comunicação (ausência de internet), de estradas de má qualidade e de uma educação voltada ao meio rural são questões pertinentes para a manutenção das pessoas no campo. Brandão (1983) também constatou junto aos trabalhadores, que nenhum agente pedagógico e nenhuma prática social isolada (família, escola, igreja, etc.) é em si mesma responsável por qualquer modalidade de trabalho de socialização.

As entidades enfrentam inúmeras dificuldades para desempenhar seus papéis junto às famílias rurais, como já citadas nos relatos das falas, como a falta de consciência da classe, a proibição do menor de idade em não poder trabalhar, a escassez de área, a conjuntura da crise estadual e federal com recursos limitados (tanto para as entidades como para os agricultores), os fatores sociais (êxodo, sucessão rural) e a desmotivação do produtor.

Tudo isso impacta diretamente nas ações desenvolvidas junto aos agricultores familiares, como, por exemplo, a prestação de serviços de assistência técnica, a ampliação das áreas de produção, entre outras ações possíveis.

Portanto, quando se faz referência à importância da agricultura familiar e seu contexto histórico no Município, verifica-se que está bem clara, para as entidades, a necessidade de se manter uma agricultura familiar forte e diversificada e que o presente e o futuro do município passam pela manutenção desta forma de produção, pois é resultante dela a principal fonte de arrecadação do município.

Há a necessidade da interferência pública para o desenvolvimento do município, para a legalização das atividades (agroindústrias) e a tecnificação (profissionalismo). Conforme a fala do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, é preciso estar atento à monocultura da soja e do fumo como envelhecimento rural, precisando uma mudança de pensamento para manter o jovem no campo. Tedesco (2001, p. 74), coloca que:

É necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso fazê-lo em todos os elos da cadeia agroalimentar; isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes.

As entidades demonstram preocupação sobre o futuro das comunidades rurais frente ao processo de envelhecimento e esvaziamento da população rural. Neste sentido citaremos algumas das respostas obtidas, conforme tabela 3.

Tabela 3: O futuro das comunidades rurais conforme os Agricultores Familiares de Ijucapirama, 2015.

Importância da diversificação da produção
Avanço da tecnologia
Conscientização da importância do meio rural
Política pública
A mecanização que tornariam a vida mais acessível do campo

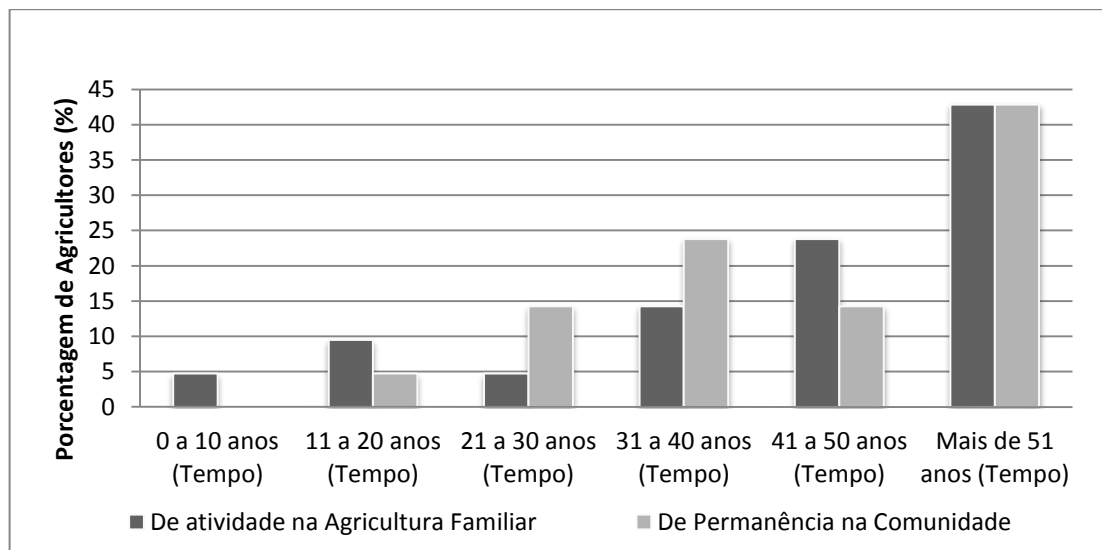
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme as respostas, somente com a implantação de políticas públicas eficazes, modernização das técnicas utilizadas no campo que, segundo Girardi (1980), não “deve ser de modo algum confundida com o desenvolvimento rural, que teria como complemento, proporcionar melhoria de condição de vida da população rural”, além da mecanização das atividades entre outras ações, diminuiriam o processo de esvaziamento, de envelhecimento do meio rural e manteriam as comunidades rurais.

3.3 Resultados das entrevistas realizadas com os Agricultores Familiares do Município de Jaguari/RS

3.3.1 A trajetória dos agricultores familiares nas Unidades de Produção Familiar e o de tempo de vivência na comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS.

Figura 13: Tempo de experiência na Agricultura Familiar e de permanência na Comunidade de Ijucapirama – Jaguari/RS, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O cenário comprova que a atividade rural é exercida pela maioria das pessoas há mais de 51 anos, correspondendo a 43% dos entrevistados, mostrando a necessidade de renovação da força de trabalho na propriedade familiar para manter e dar seguimento especialmente no que se refere às técnicas de produção, as questões culturais e transferência das experiências acumuladas.

O trabalho familiar pode estar inviabilizado e substituído por trabalhadores assalariados temporários em virtude de determinações do ciclo de vida da família, fato comum nas unidades de produção cujos proprietários têm filhos pequenos ou são pessoas idosas ou mulheres solteiras ou viúvas (NEVES, 1995, p. 74).

A força de trabalho encontra-se envelhecida e com baixa capacidade de desenvolver atividades agropecuárias. Verificou-se que existe uma identificação com o lugar, com a comunidade, entre as pessoas que moram na comunidade desde que nasceram, conforme relato de alguns dos agricultores familiares:

Desde guri... (Agricultor 1); Com seis a oito anos acompanhava o pai... (Agricultor 2); Toda vida... (Agricultor 5); Desde criança... (Agricultor 10); Desde os 12 anos (meu pai faleceu e eu assumi)... (Agricultor 12); Desde novo com oito a dez anos... (Agricultor 13); Desde que nasci... (Agricultor 17).

Considerando os dados da amostra, tem-se que a maioria dos entrevistados, 43%, residem na comunidade há mais de 51 anos e que, em alguns casos, já está presente a segunda e terceira geração no mesmo local, mostrando o processo de reprodução na unidade de produção familiar, conforme relato de alguns agricultores familiares:

Desde o meu nascimento 81 anos atrás... (Agricultor 1); Desde que nasci há 25 anos... (Agricultor 3); Moro há 61 anos (40 anos fixo na casa)... (Agricultor 5); Faz 19 anos... (Agricultor 7); Desde o nascimento... (Agricultor 8); Faz 75 anos quer moro neste lugar... (Agricultor 10); Faz 69 anos... (Agricultor 12); Desde os 11 anos (faz 34 anos)... (Agricultor 15); Desde que nasci (75 anos)... (Agricultor 16).

Tabela 4: Faixa etária dos entrevistados das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS, 2015.

Idade	Nº de Entrevistados	%
Menos de 25 anos	2	9
26 a 50	4	19
51 a 75	13	62
Mais de 75	2	9
Total	21	100

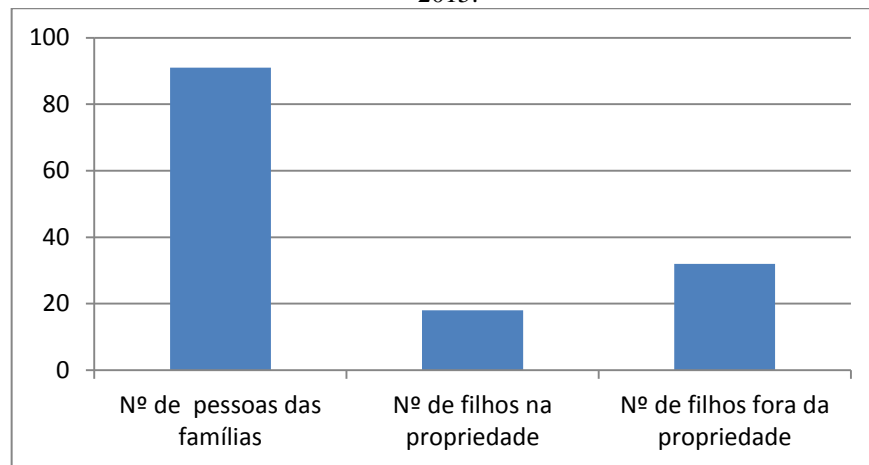
Fonte: Pesquisa de campo 2015.

Dentre os dados, pôde-se observar que a faixa etária predominante dos entrevistados está entre 51 e 75 anos (62%). Isso indica que, possivelmente, não haverá sucessão e sim um processo de envelhecimento e de perda da força de trabalho na unidade de produção familiar. Os dados mostram que os entrevistados estão em uma faixa etária mais envelhecida.

3.3.2 A composição familiar das Unidades de Produção Familiar da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Os dados da Figura 14 permite formular um entendimento sobre o histórico familiar nas unidades de produção, pela análise da composição do grupo familiar.

Figura 14: Composição Familiar das unidades de produção familiar da Comunidade de Ijucapirama Jaguari/RS, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A amostragem realizada na comunidade de Ijucapirama teve uma abrangência de 91 pessoas no contexto de 21 famílias entrevistadas, o que nos permitiu identificar a presença média de 2,4 filhos por Unidade de Produção Familiar, um total de 50 filhos que compõem as 21 Unidades de Produção, cujas famílias foram entrevistadas. Percebe-se que 32 dos 50 filhos saíram da propriedade, o que representa 64% dos filhos das Unidades de Produção. Segundo a fala dos entrevistados, deu-se por diversos motivos como:

Para estudar e buscar atividade melhor... (Agricultor 5); Saíram por falta de futuro (...), pouca terra... (Agricultor 6); Saiu para viver em outra propriedade na comunidade... (Agricultor 8); Saiu por que casou, para trabalhar... (Agricultor 11); Saíram para estudar... (Agricultor 12); Todos saíram por ser uma atividade escravizante (...); Buscar meios mais forte de ganhar dinheiro... (Agricultor 15); Casou com outro agricultor e mora em outra comunidade (Agricultor 16); O filho homem saiu para estudar e não voltou... (Agricultor 18).

No entanto, a saída dos filhos é sentida e observada de maneira diferenciada entre os agricultores. Observam-se claramente as distintas opiniões sobre a saída dos filhos das Unidades de Produção e, conseqüentemente, da comunidade. Como observado na fala de um dos agricultores, fica um sentimento de não haver continuidade da propriedade da família, quando ele afirma que “hoje me arrependo não ter ficado com um pra continuar a atividade que faço por vocação” (Agricultor 1).

Na fala de um dos entrevistados em relação à saída do filho para a cidade, primeiramente, fica a impressão de um sentimento pela evasão, mas ao sentir o retorno deste para a Unidade de Produção observou-se um sentimento de alegria, quando ele coloca que:

Um dos meus filhos foi pra cidade e por não ter se dado bem, por isso retornou e hoje trabalha junto (Agricultor 2); Hoje estão os três na propriedade, todos casados e trabalhando juntos, são 10 pessoas na propriedade (Agricultor 2).

Esse sentimento de alegria dos pais, ficando evidente na fala do filho que retornou para a Unidade de Produção, quando ele diz que:

Eu sou um exemplo, fui pra cidade, trabalhei nos correios, era concursado, não me adaptei e por acreditar que podemos viver bem no interior retornei, para ter continuidade à propriedade (Agricultor 3).

Atualmente, restaram apenas 18 deles nas unidades de produção, representando 36% total dos filhos. É importante salientar que muitos destes ainda se encontram em idade escolar, o que conduz à crença de que este número poderá reduzir com o passar do tempo, demonstrando a baixa permanência do jovem no campo. Muitas vezes, alguns núcleos familiares mais concentrados e outras famílias são constituídos somente do casal de idosos.

Assim, percebe-se que a Agricultura Familiar, as Unidades de Produção enfrentam sérios problemas de sucessão rural e falta de mão de obra o que limita sua evolução. É notório o tamanho das famílias rurais e o seu esvaziamento com a saída das pessoas supostamente na busca de novas e melhores oportunidades nos centros urbanos e posteriormente a sua grande maioria não retorna.

Silvestro e Cortina (1998) colocam que é crescente o desejo dos filhos e filhas em não reproduzir a ocupação dos pais. Isso reflete diretamente no êxodo rural, visto que não ocorrerá a sucessão e, desta forma, implica, segundo Silvestro (2001), o esvaziamento demográfico, econômico e cultural de regiões de predominância da agricultura familiar.

3.4 Os Meios de Produção e a questão fundiária das Unidades de Produção Familiar na Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Os meios de produção agrícola combinam terra e força de trabalho, com a finalidade de produção vegetal e ou animal, caracterizados e entendidos pela natureza dos produtos, da força de trabalho, dos meios de trabalho utilizados e por suas dimensões (DUFUMIER, 2007).

O nível seguinte são os meios de produção da sociedade. Por esse nível, Marx entendia os vários tipos de equipamentos, ferramentas e máquinas que a produção emprega, além das matérias-primas disponíveis.

O terceiro nível, na base da sociedade, refere-se ao controle dos meios de produção. A divisão do trabalho, ou a distribuição de trabalho, e as relações de posse constituem o que Marx chamou de relações de produção da sociedade.

A situação fundiária das unidades de produção familiar da Comunidade de Ijuapirama, conforme os dados obtidos com as entrevistas realizadas com os agricultores das Unidades de Produção Familiar, mostra que a maioria (90%) dos agricultores familiares é proprietário da terra em que está estabelecido. Esse fator é importante para os agricultores familiares, pois trabalhar na sua própria unidade produção representa independência. Observou-se que, mesmo sendo proprietário de suas terras, alguns agricultores procuram ampliar suas Unidades de Produção Familiar (24%), através de arrendamentos e outros também buscam área de terra para trabalhar em forma de parcerias (9%).

A maioria dos agricultores possui uma área relativamente pequena ficando assim distribuída: de 0 a 20 há, 29%; de 21 a 40 há, 33%; de 41 a 60 há, 9%; e de 61 a 80 há, 14%. A unidade de produção familiar, por muitos anos, esteve relacionada à sua área e dimensão física, prevalecendo a mística de uma área pequena, com baixa produção. Hoje, sabe-se que a dimensão das unidades de produção, tanto em relação à agricultura, quanto na pecuária, não é relevante, segundo Veiga (1995) a representação econômica das unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que a área inicial do estabelecimento.

3.4.1 A força de trabalho nas Unidades de Produção Familiar da Comunidade de Ijuapirama, Jaguari/RS

Verificou-se, na pesquisa, que a força de trabalho (mão de obra) utilizada nas unidades de produção é familiar e ou familiar/diarista. As atividades são realizadas principalmente por familiares em 100% das Unidades de Produção. Exceto três desses agricultores familiares ampliam a força de trabalho contratando outras pessoas em períodos de maior necessidade, correspondendo a um acréscimo de 6,3% da mão de obra nas unidades de produção.

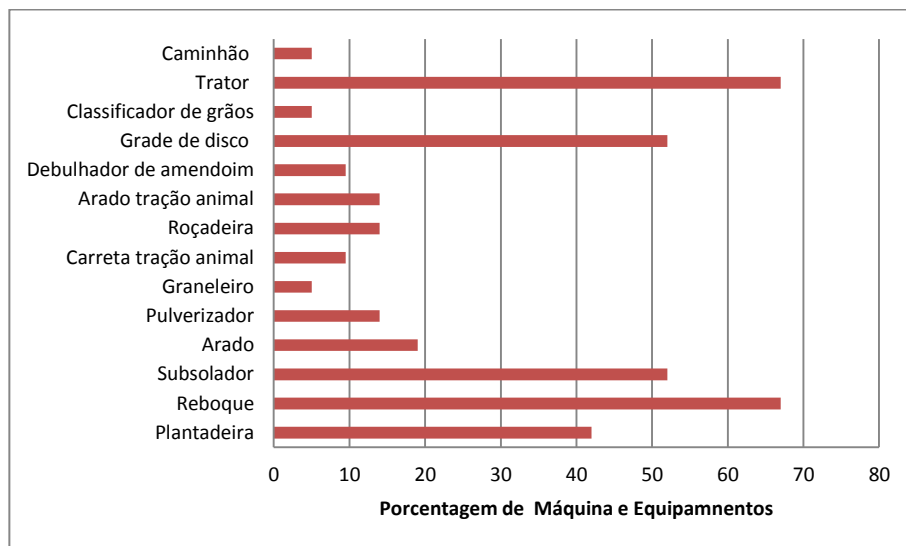
Percebeu-se a presença marcante no processo produtivo especialmente dos pais e filhos, os quais possuem objetivo comum, de transformar a unidade produtiva, gerando renda e satisfazendo às necessidades da família, tanto na questão social, cultural e principalmente econômica. Segundo Schneider (2010, p. 87):

A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social.

Observou-se que a presença da mulher é constante no desenvolvimento do trabalho nas atividades agrícolas.

3.4.2 Máquinas e equipamentos disponíveis nas 21 Unidades de Produção Familiar da Comunidade de Ijuçapirama, Jaguari/RS

Figura 15: Porcentagem de máquinas e equipamentos disponíveis nas 21 unidades de produção familiar da Comunidade de Ijuçapirama, Jaguari/RS, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na figura 15 verifica-se a porcentagem das principais máquinas e equipamentos disponíveis para desenvolver as atividades no contexto das 21 unidades de produção. As atividades englobam preparo de solo, semeadura, tratos culturais, colheita e transporte da produção. Verificou-se que, em algumas unidades de produção, a tração animal é o meio utilizado para cultivo e transporte na propriedade, devido ao relevo, ao tipo de solo, ao tamanho da superfície agrícola e das características topográficas e pedológicas geralmente desfavoráveis, presente em 14% das unidades de produção da amostragem realizada.

Enquanto o uso da mecanização ocorre em áreas de topografia suave e, normalmente, no cultivo de soja, cana, fumo, amendoim, milho e pastagem, outros utilizam

principalmente a mecanização para transporte da produção especialmente da lavoura para a sede da propriedade.

É importante relatar um fato observado que é a presença de trator em 14 unidades de produção, ou seja, em 67% das unidades de produção, bem como 71% dos agricultores familiares dispõem de máquinas e equipamentos próprios, apenas 29% dos agricultores entrevistados utilizam máquinas e equipamentos em forma de parceria, conforme amostragem da localidade de Ijuçapirama, Jaguari/RS.

3.4.3 Culturas plantadas nas Unidades de produção Familiar da Comunidade de Ijuçapirama, Jaguari/RS

Tabela 5: Culturas cultivadas nas unidades de produção familiar da Comunidade de Ijuçapirama, Jaguari/RS, 2015.

Culturas	Nº de famílias	%
Melancia	1	5
Hortaliças	18	86
Cana de açúcar	10	48
Pastagem	2	9
Soja	9	43
Batata doce	12	57
Amendoim	4	19
Fumo	7	33
Feijão	3	14
Mandioca	21	100
Milho	21	100

Fonte: Pesquisa de campo 2015.

Fica evidenciada a diversidade de culturas cultivadas pelas famílias nas suas unidades de produção familiar. Cabe destacar a prevalência de algumas culturas como as hortaliças que estão presentes em 86% das unidades de produção; o milho e a mandioca, em 100% das unidades de produção que servem de base para a alimentação e a produção de alimentos para os animais; além da batata doce em 57% e o amendoim em 19%, que fazem parte da composição alimentar e da formação da renda das unidades de produção. Conforme Gomes (2004) a alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda torna a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais.

Além disso, a diversidade de produção é considerada como um ponto positivo para a sustentabilidade segundo o mesmo autor a importância do papel da agricultura familiar tem

ganhado força, e está sendo impulsionada por meio de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda e na segurança alimentar. A agricultura, juntamente com a pecuária, é a base da economia das famílias e é responsável pelas relações de produção e reprodução do espaço.

Os principais produtos agrícolas, de acordo com a importância econômica, distinguem-se nas diferentes paisagens rurais da área: enquanto para algumas Unidades de Produção Familiar a cultura mais importante é o fumo, para outras, a soja, o milho, a cana-de-açúcar, como matéria prima para a fabricação da rapadura e da cachaça, e outras culturas dão sustentação e soberania alimentar, como a mandioca e a batata doce que fazem parte da dieta alimentar.

Segundo Minetto (2011, p. 57), a produção para consumo próprio, pela agricultura familiar, além de garantir a segurança alimentar de todos os componentes do núcleo familiar, é uma forma de valorizar as raízes culturais trazidas dos antepassados.

Essa diversidade de culturas é característica marcante das unidades de produção familiar e também em função da topografia, do tipo do solo, e da mão de obra disponível.

3.4.4 As criações presentes nas unidades de produção familiar da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Tabela 6: Criações presentes nas unidades de produção, Ijucapirama, 2015.

Criações	Nº de Famílias	%
Abelha Melífera	2	9
Peixe	1	54
Bovino de leite	10	48
Suíno	6	29
Aves coloniais	18	86
Bovinos de corte	16	76

Fonte: Pesquisa de campo 2015.

As criações estão presentes na grande maioria das unidades de produção (Tabela 6), cabendo destaque à pecuária de corte que exerce papel de grande importância como fonte de renda, presente em 76% das unidades, sendo seguida pela criação de bovinos de leite, para consumo familiar e processamento (queijo), em 48 % das unidades. As aves coloniais estão presentes em 86% das unidades e exercem papel preponderante na soberania alimentar das famílias (carne, ovos); os suínos, em 29%, sendo que estes são destinados especialmente ao

consumo familiar; a apicultura e a piscicultura, em menor presença, também são importantes na composição da renda familiar e da segurança alimentar.

A criação de animais tem basicamente duas finalidades: geração de renda e consumo alimentar (carne e derivados). Em alguns casos serve de força de trabalho, os bovinos de corte, uma vez que a tração animal está presente em algumas unidades de produção.

3.4.5. Principais atividades geradoras de renda nas unidades de produção Familiar da Comunidade de Ijuapirama, Jaguari/RS

Tabela 7: Atividades geradoras de renda nas unidades de produção familiar, Ijuapirama, 2015.

Atividades	Nº de Famílias	%
Bovinos de corte	6	29
Bovinos de corte e soja	2	9
Bovinos de corte, queijo e prestação de serviço	1	5
Rapadura	3	14
Fumo	5	24
Soja	2	9
Fumo, cachaça, soja e mel	1	5
Prestação de serviço	1	5
Total	21	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentre as atividades desenvolvidas pelas famílias nas unidades de produção, algumas delas representam as principais fontes geradoras de renda (Tabela 7). Verifica-se que as atividades geradoras de renda das unidades de produção estão baseadas na diversidade de atividades desenvolvidas, que vai desde o cultivo de soja, criação de animais e prestação de serviços. Perondi e Ribeiro (2000) colocam que a agricultura familiar pode combinar atividades agrícolas e não agrícolas na busca de receita fora do estabelecimento, em atividade de comércio ou prestação de serviço.

Assim, algumas famílias têm como renda principal a criação de bovinos de corte e outras, mais de uma atividade, como a criação de bovinos de corte e soja; também há famílias que, além de desenvolver atividade de criação de bovinos de corte, transformam a produção dos bovinos de leite (leite em queijo). Realizam, também, prestação de serviços para terceiros (frete); outras ainda possuem sua renda alicerçada na produção de rapadura de cana-de-açúcar a base de amendoim; algumas famílias também praticam a monocultura do fumo ou da soja como fonte principal de renda; ainda encontramos famílias que possuem sua renda na

diversificação da produção cultivando da soja, fumo, transformando cana-de-açúcar em cachaça e também produzindo mel.

Pode-se verificar que as famílias possuem mais de uma fonte de renda, evitando assim os riscos da falta de recursos, visto que a diversidade de atividades traz mais segurança quando comparada a uma única fonte de renda.

3.4.6 Formas de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

As respostas obtidas nas entrevistas relacionadas à forma de comercialização deixa claro que a diversidade de produtos produzidos nas unidades de produção, também diversifica as formas de comercialização. Neste contexto, 14% dos entrevistados disseram que comercializam a produção por meio dos atravessadores e frigoríficos, especialmente bovinos de corte; 14% comercializam com as fumageiras (fumo) e comércio em geral; 9% vendem somente para atravessadores; 14% somente para as fumageiras (fumo); 9% com as fumageiras e cooperativa; 14% para cooperativa e atravessadores; 5% comercializam nas fumageiras (fumo), cooperativa e atravessadores; 5% comercializam na cooperativa e comércio em geral; 9% vendem para cooperativa e 5% para atravessadores e frigoríficos.

3.5 A continuidade da agricultura familiar e das comunidades rurais, na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

3.5.1 Fatores positivos e negativos para permanecer nas unidades de produção familiar na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Os fatores positivos e negativos salientados pelos agricultores familiares que influenciam na sua permanência ou não no meio rural foram apontados pelos agricultores familiares (Tabela 8).

Tabela 8: Fatores positivos e negativos para permanecer nas unidades de produção familiar, Ijucapirama, 2015.

Fatores positivos	Frequência	Fatores negativos	Frequência
Porque na cidade é muito ruim – é que nem está na cadeia	1	Falta de terra	3
A falta de capacitação, formação em outro ramo obriga a ficar	1	Clima	3
A falta de capacitação, formação em outro ramo	1	Pouca terra	2

obriga a ficar.			
Conforto	1	Falta de mecanização	2
Independência	1	Impostos	2
Por gostar	5	Preços instáveis	2
Não precisa cumprir horário	1	Topografia acidentada	3
Facilidade de locomoção	1	Preço final dos produtos	3
Energia elétrica	1	Pouca terra para mecanizar	1
Tranquilidade do meio rural	3	Falta de incentivo	1
Falta de estudo	2	Valorização dos produtos	1
Mais liberdade	1	Não teve	1
Porque na cidade é mais difícil	1	Burocracia para projetos	1
Por gostar da agricultura	2	Falta de política de preços	1
Vontade	1	Terra não permite mecanização	1
Vocação	1	Serviço braçal	3
Por gostar do campo	1	Falta de recursos	3
A cultura do fumo	1	Sistema de comunicação	1
Pela família	1	Legislação ambiental	1
Por gostar de produzir alimento	1	Preço alto dos insumos	1
Não saberia fazer outra coisa	1	Falta de apoio político	1
A idade determina	2	Mão de obra	3
	1	Informação técnica	3
		Sistema de comunicação	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os entrevistados enumeraram vários fatores que influenciam na sua permanência no meio rural. Segundo a fala dos entrevistados:

Nunca tive dificuldades e sempre tive vontade e me sinto com vocação para agricultor... (Agricultor 1); Não tenho muitas dificuldades, só preciso busca informação, acho que o gosto pela atividade me faz permanecer... (Agricultor 3); É

que eu gosto do campo, da agricultura, não sei fazer outra coisa... (Agricultor 4); Permaneci por que na cidade era difícil, plantava e se defendia, mais liberdade... (Agricultor 6); Por ter gosto, e não sei fazer outra coisa... (Agricultor 7); Porque na cidade é muito ruim (...), mesmo que tá na cadeia...(Agricultor 12); Gosto pela atividade e por que na época os filhos ficavam mais em casa e não iam estuda...(Agricultor 13); Fico por que hoje é fácil se locomover, tem luz, tenho conforto...(Agricultor 16); A tranquilidade do meio rural, por que no campo vive mais descansado... (Agricultor 18); A falta de formação, capacitação em outro ramo obriga a fica... (Agricultor 19); Penso que não tenho dificuldade, só o tempo (clima) as vez prejudica e por que eu gosto de trabalhar na agricultura... (Agricultor 20).

Neste contexto, Carneiro e Castro (2007) afirmam que a vida cotidiana e as expectativas para o futuro são constituídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares, que inspira práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana, focalizado na educação, no labore e na sociabilidade local; e o futuro, que se proclama, sobretudo, por meio das preferências práticas de herança, sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva.

Constata-se que os fatores negativos citados pelas famílias para permanecer no meio rural, desempenhando a atividade rural, estão relacionados com o alto preço dos insumos, que foi apontado como o principal, sendo citado quatro vezes pelos entrevistados por impactar diretamente no custo da produção e na renda final.

Os demais pontos negativos com maior número de citação foram: preço final dos produtos, clima, topografia acidentada, serviço braçal, falta de recursos, mão de obra, falta de apoio político e terra, todos esses citados três vezes; outras dificuldades também foram citadas pelos entrevistados como:

Pouca terra é um problema... (Agricultor 3); Legislação ambiental... (Agricultor 4); Falta de apoio tanto do governo municipal como dos demais... (Agricultor 8); Não tinha terra e também moradia nossa era 4 anos e o dono pedia de volta... (Agricultor 11); A falta de incentivos de projetos em substituição ao fumo, a burocracia para desenvolver projetos, a valorização do produto (fumo – preço instável) e política de preço... (Agricultor 15); A topografia do solo (irregular), preço dos insumos (óleo, adubo) e preço final do produto... (Agricultor 19); Penso que o transporte e a falta de terra, máquina me prejudicaram muito... (Agricultor 21).

Conforme, Brumer e Spanevello (2008), a desistência dos filhos pela ocupação agrícola está baseada em diferentes razões que vão desde a questão da renda, da penosidade do trabalho agrícola e desvalorização da ocupação. Segundo Spanevello et al. (2011), a desvalorização do trabalho feminino e a falta de perspectiva das mulheres herdarem a terra funcionam como aspectos impulsionadores da maior saída das moças em relação aos rapazes, resultando numa migração seletiva por sexo.

Fica evidente a necessidade de criar alternativas para sanar estes fatores negativos, a fim de influenciar na permanência das pessoas no campo. Enfim, ao que tudo indica, esses são requisitos importantes citados pelas famílias para chegar a uma condição digna de vida no campo.

3.5.2 A permanência ou não dos filhos na unidade de produção familiar na visão dos pais da comunidade de Ijuapirama, Jaguari/RS

Tabela 9: Pontos favoráveis e desfavoráveis à permanência dos filhos nas unidades de produção familiar, 2015.

Pontos favoráveis:	Pontos desfavoráveis:
Porque produzir alimento é importante	Pela falta de incentivo
Por não ter emprego na cidade	Pelo custo alto de produção
Cidade é pior que no interior	Pela falta de apoio dos governos
Para ter continuidade a propriedade	Muitos agrotóxicos para produzir
Por ser melhor que na cidade	Pela falta de estudo
A cidade precisa de emprego bom	Pelo preço dos insumos
Se todos forem para cidade não vão ter o que fazer	Tem que estudar
Porque tem que produzir para sustentar quem mora na cidade	Estudar para ter uma atividade mais rentável
Para não faltar alimentos	Devido aos impostos
Para ter a sucessão familiar	Pela atual política para a agricultura
Para dar continuidade na propriedade	Pelas dificuldades de trabalhar na terra (solo, questão ambiental)
	Pouca terra
	Valor dos produtos
	Dificuldade de mecanização
	Estudar é melhor, menos trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ao questionar sobre a permanência dos filhos no meio rural (Tabela 9), foram obtidas as seguintes respostas: Entre os 21 agricultores entrevistados, com exceção de um que não possuía filhos, 10 entrevistados demonstraram ser favoráveis à permanência dos filhos na unidade de produção por motivos diversos, como:

Porque produzir alimento é importante... (Agricultor 1); Sim por acreditar que aqui posso viver bem. Não tem emprego na cidade e é pior que no interior, um filho teve experiência e não se deu bem (cidade)... (Agricultor 2); Devido ser melhor na agricultura que na cidade... (Agricultor 6); Se todos vão pra cidade não tem o que fazer... (Agricultor 9); .Por necessidade de sustentar as famílias da cidade com alimento e por dar continuidade a atividade da propriedade... (Agricultor 18).

Outros 10 agricultores familiares falaram que os filhos não devem permanecer no meio rural por motivos diversos, como:

Falta de apoio governamental e alto índice de agrotóxicos... (Agricultor 7); Pelo preço dos insumos e dificuldades de produzir... (Agricultor 12); Acho que tem que estudar procura uma atividade mais rentável... (Agricultor 13); Pela política atual para a agricultura e pelas dificuldades de trabalhar na terra (solo, questão ambiental)... (Agricultor 17); Pouca terra, valor dos produtos, custo dos insumos, falta de mecanização... (Agricultor 19); Tem que estudar, busca emprego, se não tem terra não vive... (Agricultor 21).

Alguns pais motivam seus filhos a transferirem-se para as cidades, como se percebe nas colocações acima, desejando para seus filhos um futuro mais promissor na cidade; outros, são favoráveis à permanência na unidade de produção. Segundo Abramovay et al. (1998), nas gerações anteriores, ser filho de agricultor significava também ser um agricultor; hoje, ser filho de agricultor não significa reproduzir a mesma ocupação e forma de vida dos pais, pois a agricultura aparece como uma opção de escolha entre outras possibilidades. As opiniões dos pais em relação à permanência ou não dos filhos no meio rural pode influenciar na tomada de decisão deles em permanecer ou não.

Por fim, apesar de existir um equilíbrio em ser favorável ou não em relação à permanência de seus filhos no meio rural, 12 dos 21 entrevistados disseram que indicariam a atividade de agricultor para outra pessoa como profissão; os demais afirmaram que não indicariam.

3.5.3 O futuro da comunidade e da agricultura familiar na visão dos Agricultores Familiares, da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Na pergunta aos entrevistados sobre o futuro da comunidade e da agricultura familiar, as respostas foram um tanto surpreendentes, pois a grande maioria não visualiza boas perspectivas, como revelam as falas:

Imagino que vai ficar um asilo de velho os jovens vão saindo (falta juventude) a comunidade construiu um patrimônio (igreja, salão, ginásio de esporte) quem vai cuidar disso tudo, só se vir mais gente pra cuidar, mas acho que como as propriedades são pequenas o pessoal não vai ficar e nem volta... (Agricultor 1); Vejo um futuro difícil para a comunidade, os novos estão indo embora e os velhos com o tempo se vão e aí cada vez menos gente... (Agricultor 2); Imagino pouca gente, mas uma agricultura familiar mais forte e que o jovem vai ficar mais... (Agricultor 3); Não terá mais progresso, esvaziamento do campo (Agricultor 4); Não vejo boa coisa, muita tapera e pouco jovem... (Agricultor 5); Acho que na comunidade vai ficar muita pouca gente, as propriedades serão maiores em função da falta de gente... (Agricultor 6); Um caso, vai terminar... (Agricultor 7); Ruim, péssimo, por não ter

mais ninguém para trabalhar... (Agricultor 8); A comunidade vai acabar, agricultura vai ficar muito pouco... (Agricultor 10); Muito pouco colono, não tem mais juventude, uma região de velho... (Agricultor 11); Ta terminando, não sei o que vai se, hoje não tem mais nada... (Agricultor 12); A comunidade vai ter uma meia dúzia de pessoas, terra na mão de poucos e a agricultura vai diminuir... (Agricultor 13); Acho que vai valoriza mais a agricultura familiar, mas vai fica pouca gente na comunidade... (Agricultor 14); Muita dificuldade, vai cair muito, vai ser assim aqui tinha uma igreja, um clube, o poder aquisitivo na mão de poucos... (Agricultor 15); Acho que vai piora, o povo não que mais trabalha, falta apoio ao colono, aqui vai fica cada vez mais os velho só... (agricultor 16); Imagino um deserto, em menos de 20 anos não vai fica 50%, só se houver um retorno do pessoal, a comunidade vai ter dificuldade de se manter viva, vai falta gente pra cuida... (Agricultor 17); Muito preocupante, as pessoas não querem mais serviço rustico, os novos outras opções, se continuar neste ritmo a comunidade vai esvazia, só vai ficar os velhos e depois não sei não... (agricultor 18); Acho que vai fica cada vez menos, mais os velhos, jovem sai, mas mais sai às gurias e quem fica são os homens... (Agricultor 19); Menos juventude, pouca gente, a comunidade vai fica pequena... (Agricultor 20); Se não aumenta os produto que vendemos, a maioria vai para de planta, a comunidade vai esvazia... (Agricultor 21).

Conforme colocaram os agricultores, fica evidente que a agricultura familiar terá sérios problemas de se manter produzindo alimento, formando gerações, preservando a cultura e a forma de praticar a agricultura familiar. A saída dos jovens do campo compromete a sucessão rural e a continuidade da unidade de produção familiar, como consequência tende a diminuir a atividade produtiva, especialmente pela falta de mão de obra.

Segundo Zagury (2004), a juventude é considerada como uma fase do desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Assim, no relato dos agricultores entrevistados, a agricultura familiar, na visão de muitos, tende a sofrer uma diminuição drástica visto que, a cada período que passa, existe uma tendência de ter menos gente no meio rural.

Percebe-se, assim, que a agricultura familiar vive um momento de muita dificuldade de se manter produzindo alimento e de continuar sendo alternativa para o jovem se manter no meio rural. É preciso repensar a forma de trabalhar a terra. Neste contexto, torna-se importante criar políticas públicas que beneficiem a juventude, que incentivem a sua permanência no campo, produzindo com qualidade de vida.

3.5.4 As principais mudanças ocorridas na comunidade em relação às questões sociais, culturais e econômica vivenciadas pelos Agricultores Familiares da Comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Tabela 10: Questões sociais, culturais e econômicas, Ijucapirama, 2015.

SOCIAIS	
Antigamente	Atualmente
Jogos de futebol	Jogos de futebol
Jogos de bocha	Jogos de bocha
Jogos de carta	Jogos de carta
Festas religiosas	Festas religiosas
Não havia energia elétrica	Há energia elétrica
As festas eram mais com pessoas da comunidade	Nas festas participam pessoas de diversas comunidades
Celebrações religiosas com participação de toda família	Celebrações religiosas com menor participação da família
Meios de comunicação precários	Meios de comunicação de ótima qualidade, TV, Internet, estradas
Deslocamento precário (cavalo, trator)	Deslocamento de boa qualidade, estradas, carros.
Bailes nas casas	Bailes hoje no salão comunitário
As festividades eram mais familiares (casais, filhos)	As festividades hoje são mais populares
Não havia salão comunitário	Clube, salão comunitário, ginásio de esporte, igreja
Não havia integração entre comunidades	Integração entre comunidades
Bailes com muita participação	Baile com pouca participação
CULTURAIS	
Muita solidariedade	Pouca solidariedade
Mutirão	Individualismo
Trocas de mantimentos (carne, farinha, grãos...)	Não existe mais
Muita produção de subsistência	Pouca produção de subsistência
ECONÔMICAS	
Troca-troca (grãos) com armazéns (casa de comércio) de produto por mantimentos (alimentos, roupas, remédios)	Comercializam
Troca-troca entre vizinho (alimentos)	Não existe mais
Venda para os armazéns	Vendas na cooperativa, atravessadores e comércio em geral.
Venda direta para os compradores (viajantes)	Não existe mais esta modalidade de comércio

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme a Tabela 10, as questões sociais, culturais e econômicas estiveram sempre presentes na vida dos agricultores familiares (futebol, bocha, cartas, religiosidade, trocas, vendas diretas...). Cabe destacar aqui um fator marcante neste contexto: a religiosidade no seio da comunidade como sustentação do vigor, da continuidade da vida em comunidade, através das celebrações e das festas religiosas, com destaque conforme a fala dos entrevistados que:

Antigamente a presença de todos da família e hoje existe uma diminuição, pois nem sempre toda a família está presente, mas é um fator de união das comunidades e encontro das pessoas. Antes toda família vinha para igreja (casal e filhos), depois do terço (celebração religiosas) as mulheres se reúnem em grupo e ficavam conversando era um encontro todo final de semana... (Agricultor 1).

Outro destaque importante e de uma valia enorme são as festas populares, como os jogos, os bailes, que na fala dos entrevistados sofreram mudanças no transcorrer dos anos:

Eram mais familiares e especialmente das famílias da comunidade como, por exemplo, os bailes eram realizados nas casas, hoje não mais. Hoje uma coisa boa é que muita gente de outras comunidades participam das festas, se visitam, antigamente não era assim o pessoal não tinha carro... (Agricultor 1); Hoje temos mais oportunidades, facilidade, antes íamos de trator, reboque, nas festas e bailes, jogos... (Agricultor 15).

Outras mudanças importantes aconteceram na comunidade: a construção da igreja, do salão comunitário, do ginásio de esportes, a chegada da energia elétrica, que melhorou a comunicação (TV, internet, telefone...). Porém um fator que causa apreensão por parte de seus moradores é a diminuição das pessoas nos eventos realizados na comunidade, segundo os relatos dos entrevistados: “Ficou melhor, mais conforto, igreja melhorou, salão, ginásio de esporte, só menos gente pra ir...” (Agricultor 16).

A solidariedade que antes era uma constante, hoje, praticamente não existe mais. Antigamente os mutirões eram realizados com muita frequência, porém o reflexo atual é o individualismo que está presente e sufoca as pessoas. Não existe mais a troca de alimentos entre as famílias, e a pouca presença da agricultura de subsistência se justifica muito em função da praticidade de comprar produtos prontos. Conforme relato de alguns dos entrevistados, antigamente:

Antes (antigamente) quando uma pessoa adoecia a gente plantava e colhia para aquela família, ajudava a cuidar do doente, tinha muita solidariedade, agora não mais, hoje há muito individualismo, cada um faz como pode... (Agricultor 1, 2, 6).

Em relação às questões econômicas, no início da colonização havia muita troca de produtos com os armazéns (casa de comércio), especialmente grãos, em troca de mantimentos como alimentos, roupas, remédios; outra forma importante era a troca de alimentos com os vizinhos principalmente carne. Posteriormente, iniciaram as vendas diretas nos armazéns e com os viajantes que circulavam na região.

Essas formas de transações econômicas se modificaram, não existe mais a troca entre vizinhos, não existem mais os viajantes, não há mais armazéns e assim as formas de comercialização mais predominantes são as vendas diretas na cooperativa, com os atravessadores, empresas e comércio em geral. Antigamente, segundo os relatos:

Tinha duas casas de comércio, ferraria, sapataria, moinho de farinha, hoje não tem mais nada... (Agricultor 12); Antes o pai vendia no armazém e trazia comida e às vezes trocava com o vizinho, carne, feijão... (Agricultor 20); Hoje mais na cooperativa, antes se trocava com vizinho, hoje não... (Agricultor 18).

3.5.5 Fatores que motivam a saída das unidades de produção familiar na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Tabela 11: Fatores de abandono das unidades de produção familiar na visão dos agricultores familiares, 2015.

Pouca assistência governamental
Os filhos saem para estudar e não voltam mais
Falta de incentivo
Proibição de realizar atividades (questão ambiental)
Saem em busca de algo melhor
Falta de mão de obra
Clima
Busca de novos caminhos
Preço dos insumos x preço dos produtos produzidos
Falta de terra
Falta de incentivo para os jovens por parte da administração municipal
Pouca terra
Imposto alto
Problema ambiental
Pai não dá liberdade para os filhos
Serviço pesado
Exposição ao sol
Poucas áreas de terra mecanizável (mecanização é muito importante)
Culturas com baixa rentabilidade
Se não planta fumo não fica, outras culturas não dão renda

Ilusão de que na cidade a vida é melhor

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os motivos do abandono, segundo os entrevistados (Tabela 11), muitas vezes são de ordem pessoal, como a falta de liberdade do pai para com os filhos, a busca de novos caminhos. Outros são fatores externos como: impostos, pouca assistência governamental, falta de incentivo, preço dos insumos x preço dos produtos produzidos, entre outros. São citadas também as questões ambientais que, segundo a visão de alguns deles, impedem de realizar algumas atividades produtivas.

Alguns alegaram, também, que a falta de terra e ou a pouca terra das unidades de produção, aliadas às dificuldades de mecanização, são motivos que influenciam no abandono do meio rural, especialmente e muito em particular pela falta da mão de obra.

3.5.6 Perfil dos que abandonam as unidades de produção familiar, na visão dos agricultores familiares da comunidade de Ijuapirama, Jaguari/RS

Tabela 12: Perfil dos que abandonam as UPFS. (tipologia, idade), 2015.

Tipologia	Idade
Aposentados	Mais de 60 anos
Jovens (meninos e meninas)	15 a 20 anos
Idosos	Mais de 70 anos

Fonte: Pesquisa de campo

Os resultados da presente pesquisa corroboram com Hermes e Valente (2006), que salientam que os aposentados e idosos migram para o meio urbano em busca de melhoria no acesso aos serviços, em razão de sua idade avançada. A juventude rural, entre 15 e 20 anos, compreende a faixa etária que, segundo os entrevistados, reflete as condições em que vive a maioria dos agricultores familiares, em especial os jovens. A fraca política governamental que garanta o acesso a terra e aos instrumentos de apoio (crédito, assistência técnica, capacitação, entre outras), além do acesso à educação e ao lazer, tem dificultado a permanência dos jovens no meio rural.

A viabilidade em adotar alternativas de trabalho e renda no campo esbarram na falta de apoio e tornam-se assim os jovens as principais vítimas, porque, além de não encontrarem incentivos para ficar no meio rural, são induzidos a desvalorizar o espaço rural e incentivados

geralmente pela própria família a procurarem os centros urbanos, por imaginar que na cidade irão encontrar as condições necessárias para uma vida melhor, mais digna.

Neste contexto, um fator de grande importância e preocupante é que grande parte dos jovens que saem são as meninas, que procuram trabalho menos dificultoso e menos árduo. O mais grave nisso é a masculinização do meio rural, assim refletindo diretamente na continuidade da unidade de produção e na sucessão familiar. De fato, conforme Dalcin e Troian (2009), a ausência de mulheres no campo pode afetar o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que a própria continuidade do modelo familiar tradicional passará por conflitos na sua formação e estruturação. Abramovay et al. (1998), coloca que se percebe recentemente um severo processo de masculinização do campo, já que as moças estão deixando a zona rural antes e numa proporção maior que os rapazes.

3.6 Principais políticas públicas e benefícios acessados pelos agricultores familiares das unidades de produção familiar da comunidade de Ijucapirama, Jaguari/RS

Tabela 13: Principais políticas públicas e benefícios acessados, pelos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama, 2015.

Política pública	Frequência	Percentual (%)
Pronaf	9	43
Crédito Fundiário	2	9
Bolsa Família	1	5
Não utiliza	2	9
Benefício		
Aposentadoria	9	43

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O cenário demonstra que o PRONAF é a principal política pública acessada pelos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama, correspondendo a 43%, mostrando a importância desta para o desempenho das atividades produtivas nas unidades de produção familiares, seguida pelo acesso a terra através do crédito fundiário 9%, a bolsa família com 5% e por 10% que não utilizam nem uma política pública.

Chama a atenção e comprova-se, com os resultados obtidos, que o processo de envelhecimento rural é bastante presente na comunidade, onde 43% dos agricultores familiares entrevistados fazem uso do benefício da aposentadoria. Segundo Delgado (2014), no que se refere às políticas sociais para a agricultura familiar, uma das ações pioneiras e importantes foi a inclusão dos trabalhadores em regime de economia familiar no sistema de seguridade social pela Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou traçar o esboço de um cenário referente à trajetória da formação do Município de Jaguari, mais especificamente da comunidade rural de Ijucapirama, quanto à agricultura familiar, ao êxodo rural, ao envelhecimento do meio rural e às consequências em relação ao futuro dessa comunidade.

Observou-se a forte influência da agricultura familiar na formação da comunidade e de suas dinâmicas produtivas e sociais, no entanto também suas fragilidades como o êxodo rural, o processo de envelhecimento e a diminuição da força de trabalho familiar que é determinante para o êxito desta atividade e da continuidade da comunidade.

Por outro lado, de acordo com os dados obtidos, foi possível também observar que teoria e prática não são elementos que se combinam. Visto que, pela análise das falas produzidas durante a aplicação das ferramentas de coleta de dados, foram identificadas várias situações a serem observadas pelo poder público e em especial pelas entidades ligadas ao setor rural.

Cabe ressaltar a falta de política pública e de trabalhos voltados para a permanência das famílias no meio rural, o que de alguma forma negligencia a importância da agricultura familiar, constituída desde a formação do município e das comunidades além da experiência produtiva de vida e do seu papel na geração de riquezas.

É importante salientar, também, que o meio da agricultura familiar onde foi realizada a pesquisa envolve um mosaico que é desenhado por vários fenômenos, sejam culturais, sociais e econômicos, porém pautados num mesmo rumo que é o desenvolvimento familiar e local.

Será preciso redesenhar as estruturas dinâmicas e os capitais sociais envolvidos, oferecendo a estes agricultores melhores condições e possibilidades de diversificação do que é produzido, conduzindo à almejada sustentabilidade da agricultura familiar.

As realidades encontradas estão distantes das ideais, muito em função da desmotivação, das dificuldades encontradas no desempenho das atividades, pela falta de uma política pública que lhes dê sustentação para a permanência das famílias no campo, em especial aos jovens. Uma das políticas públicas mais utilizadas pelos entrevistados é o PRONAF, porém, somente ela não é suficiente e não contempla as necessidades para a permanência no campo, pois os jovens continuam saindo em busca de alternativas para uma melhor qualidade de vida.

Observou-se que se aborda a importância das políticas públicas, mas as ações para o setor ainda são pequenas, precisando com urgência da conscientização dos envolvidos neste processo, pois o papel do poder público é necessário para dar suporte às famílias de agricultores familiares para a continuidade da agricultura familiar e das comunidades rurais.

Assim, a problematização desta pesquisa colocou em foco as Unidades de Produção Familiar, suas transformações sociais, culturais e econômicas no Município de Jaguari/RS, tendo como base de pesquisa a comunidade de Ijucapirama.

Respondendo à problemática levantada, pode-se afirmar que, diante da realidade encontrada de envelhecimento rural, de desmotivação e de incapacidade de enfrentamento, somente com trabalho intenso de parcerias e um processo de trabalho a médio e longo prazo a realidade encontrada poderá ser modificada.

Políticas públicas específicas que abordem, projetem e gerem mudanças no contexto da atual lógica da agricultura familiar são urgentes, visando atacar as dificuldades pontuais e globais do seguimento, de forma eficiente, com planejamento, sem esquecer a vocação e o perfil da comunidade e dos agricultores familiares da comunidade de Ijucapirama.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo, 1992.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco/FAO/Incrá/Epagri, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas (SP): HUCITEC – UNICAMP, 1998.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. In: Textos para discussão, n 641, Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- ABRAMOVAY, R. -**Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**– vol.28, nº 1, 2, 3 e 29 – Jan/dez, 1998.
- ALBUQUERQUE, E.M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.
- ALMEIDA Junior, A. R.; HOEFFEL, J.L. e QUEDA, O. **A Propriedade Rural como Símbolo**. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- ANA Amélia Camarano; KAIZÔI Wakami Beltrão. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ANJOS, F.S.; E CALDAS, N. V. **O futuro ameaçado: o mundo real face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. Porto Alegre, Ensaio FEE, vol. 26, n.1, p. 661-694, jun., 2005.
- ARAÚJO, T. B. **As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. In: Santos Junior, Orlando Alves dos et al (orgs). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.
- AUGUSTO, H. A. dos; RIBEIRO, E. M. Artigo: **O Envelhecimento e as Aposentadorias no Ambiente Rural: um Enfoque Bibliográfico**. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/878/87817130006.pdf> . Acesso em 2015.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E.M. B. – FAP Univille – **snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**-X Congresso nacional de educação – Educere, I seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. Curitiba: PUCPR, 7 A 10 de novembro de 2011.
- BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 759).

BERTOLAZZI, Annalisa. **O novo sindicalismo no campo paraibano: continuidades e mudanças.** (Dissertação de Mestrado). Campina Grande: UFPB, 1989.

BLUM, R. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática.** In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* Passo Fundo: UPF, 2001.

BRANDÃO, C. **Jaguari.** Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1940.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural.** Campinas. São Paulo: Papirus, 1983.

BRANT, R. **Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil.** *Conjuntura Social,* Brasília, v. 12, n. 2, p. 7-64, abr./jun. 2001.

BRASIL: Constituição: **República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

BUAINAIN, A.M.; GUANZIROLI, C.; MEIRELLES, H. Artigo: **Agricultura familiar: um estudo de focalização regional- Congresso da Sociedade, 2004 - sober.org.br**

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. **Política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos.** In: BATALHA, M. O. *Gestão Agroindustrial – GEPAI: Grupo de estudos e pesquisa agroindustriais.* São Paulo: Atlas, 2001.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 621).

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 621).

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste Século.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 766).

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 830).

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 858).

CANÇADO, F. *Epidemiologia do envelhecimento.* In: CANÇADO, F. **Noções práticas de geriatria.** São Paulo: COOPMED, 1996.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. O. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Florianópolis: SBSP, 1998.

CORRÊA, V. P., SILVA, F. F. **Artigo: Análise das liberações recentes de recursos do PRONAF: uma mudança na lógica de distribuição?** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/489.pdf>. Acesso em 2015.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Artigo: Jovem no Meio Rural a Dicotomia Entre Sair e Permanecer: um Estudo de Caso**. Sociologia e Política. I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR, 2009. Sociedade e Política em Tempos de Incertezas. Grupo de Trabalho 7 Ruralidades e Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>. Acesso em 2015.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R., **Agricultura e sustentabilidade - UAB/UFRGS - (Série Educação a Distância) SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.**

CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

DELGADO, G. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. Brasília: IPEA, 2004.

DELGADO, G.; SCHWARZER, H. **A experiência da previdência rural nos anos 90**. Brasília, DF: IPEA, 2000.

DELGADO, G. C. **Previdência social e desenvolvimento rural**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em 2015.

DEL GROSSI, M. E. ; GRAZIANO DA SILVA, J. **Novo rural: uma abordagem ilustrativa**. Londrina: IAPAR, vol. 1, 2002.

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das distribuições brasileiras ao debate. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural**. Londrina: SOBER, 2007.

DESER. **Para entender a Previdência Social na área rural**. Curitiba: [s.n.], 2000.

DUFUMIER, M. Importância de la tipificación de unidades de producción agrícolas em el analisis de diagnostico de realidades agrarias. In: BERDEGUÉ, J. ESCOBAR, G.;

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ENCICLOPÉDIA dos **Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FLEXOR G. G.; LEITE, S. P. Análise de políticas públicas: Breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, E. F.; DELGADO, N.; MOREIRA, R. (Orgs). **Mundo rural IV: configurações rural-urbanas – poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates Contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

FROEHLICH, J. M.; Rauber, C. da C. Dinâmica demográfica rural na região central do Rio Grande do Sul: Êxodo seletivo e masculinização. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

GAMPERT, O. **Jaguari: 350 anos de História 1632–1982**. Santa Maria: Pallotti, 1982.

GERARDI, L. H. de. **Algumas reflexões sobre modernização da agricultura**. Geografia, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas: Evoluções e desafios**. Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n.43, set./dez.2001.

GOMES, Ivair. **Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar**. Revista de biologia e ciências da terra. Volume 5, nº.1, p. 16-19, 2004.

GODY, C.M.T. et al. **Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de santa Rosa/RS**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (Anais). Campo Grande: SOBER, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J; KAGEYAMA, A. **Estrutura Agrária. In: Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. GRAZIANO DA SILVA, J. São Paulo: HUCITEC, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização conservadora: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992

GUANZIROLI, Carlos Enrique e CARDIM, Silvia Elisabeth. **Novo retrato da agricultura familiar, o Brasil redescoberto**, Brasília: INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

GUILHOTO, J.J.M., S.M. ICHIHARA, C.R. AZZONI, F.G. Silveira (2006). “**Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil**”. Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v. 14.

HERMES, Clair Lisandra W.; VALENTE, Valdemar. **Análise do Crescimento Populacional do Município de Agudo, RS**, no período de 1970 a 2000. Agudo: Prefeitura Municipal, 2006.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 1940.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2000, 2003 e 2010.

IBGE - Censo Agropecuário de 2006: **agricultura familiar, primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2009.

INCRA/FAO. **Projeto de Cooperação Técnica. Reforma agrária e globalização da economia – o caso do Brasil**. PROJETO UTF/BRA/036/BRA.

JÚNIOR, H. P. C. **Estudo da participação e permanência dos Jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2007.

MDA. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, 1996.

MDA – **Ministério de desenvolvimento agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em 2016.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome – **Bolsa Família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em 2015.

MARCHIORI, José Newton C. **Esboço histórico de Jaguari**. Santa Maria: Pallotti, 1999.

MARCHIORI, José Newton. **Gênese da Colônia Jaguari**: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: EST, 2000.

MARINÊS ZANDAVALI GRANDO, **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**, Porto Alegre: FEE (Textos para discussão, N° 98). 2011.

MARTINE, G. **Êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: Garcia, R. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. História e população** - estudos sobre a América Latina. São Paulo: Abep/Iussp/Celade, 1990.

MARTINEZ, W. N. **O trabalhador rural e a previdência social**. São Paulo: LTR, 1985.

MATTE, A., SPANEVELLO, R. M., DE AZEVEDO, L. F. Artigo: **A Reprodução Social na Agricultura Familiar: a Saída dos Filhos e Encaminhamento do Patrimônio entre Agricultores sem Sucessores**- Centro de Educação Superior Norte - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões - RS – BRASIL – 48º Congresso SOBER, julho, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/423.pdf>. Acesso em 2015.

MATTEI, L. PRONAF 10 anos: **mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

_____. **Impactos do PRONAF: uma análise dos indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrário se Desenvolvimento Rural, 2005.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO** (Anais). Belém: SBS, 2001.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINETTO, Marita Claudete. **Produção para autoconsumo na agricultura familiar em Santo Ângelo, RS**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38184/000819941.pdf?sequence=1>. Acesso em 2015.

Ministério da Previdência e Assistência Social. **Tudo o que você quer saber sobre a Previdência Social**. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~diniz/d/direito/prev-Tudo_sobre_Previdencia_Social.pdf. Acesso em 2015.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar: questões metodológicas** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v.25, n.2/3, p. 21-36, 1995.

NÓBREGA, M.F. **Taxas de juros e crédito subsidiado**. In: Revista de Finanças Públicas, Rio de Janeiro, v.41, n. 346, p.7-11, abr/jun. 1981.

ORTEGA, A. C. **Desenvolvimento Rural-Local e agricultura familiar no Brasil** (mimeo) (2002).

PAIVA, W. da C. **OS SENTIDOS DO ENVELHECER: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE IDOSAS** (Dissertação de Mestrado). São João Del-Rei PPGPSI: UFSJ, 2011.

LISISTA, F.O. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuário/artigo_agropecuário/consideracoes_sobre_a_extensao_rural_no_brasil.html. Acesso em 2015.

- PERONDI, M A.; RIBEIRO, E.M. **As estratégias de reprodução de sítiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná.** Organizações Rurais e Agroindustriais. V.2, n.2, jul/dez, 2000.
- PORTO, V. H. da F. **Sistemas agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de políticas públicas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 97-121, jan./abr. 2003.
- PUTMAN, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- REIS, F. S. Conceito e evolução da Previdência Social no Brasil: **homenagem ao dia da previdência**, 24 de janeiro. Revista da Procuradoria Geral do INSS, Brasília, v. 4, n. 4, p. 16-23, jan./mar. 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: **das linhas globais a uma ecologia de saberes.** *Revista Crítica de Ciências Sociais.* Universidade de Coimbra, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SALES, T.; BAENINGER, R. **Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século.** Travessia, São Paulo, jan./abr., 2000.
- SDR - **Secretaria de desenvolvimento rural e cooperativismo do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/>. Acesso em 2016.
- SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil:** evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. (Texto para discussão, 729)
- SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A. Artigo: **Histórico, Caracterização E Dinâmica Recente do PRONAF**–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: [http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43982/2/Artigo%206%20\(03.086\).pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43982/2/Artigo%206%20(03.086).pdf). Acesso em 2015.
- SCHNEIDER, S. Artigo: **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** - RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais, volume 4, número 1, março 2010 - ifch.unicamp.br.
- SCHUHMANN, MAITÊ LUIZE, **O Contexto e os feitos do PRONAF mais alimentos para os agricultores familiares do Município de Teutônia – RS** - Dissertação de Mestrado, 2012.
- SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis e Brasília: EPAGRI e NEAD, 2001.

SILVESTRO, M.L. & CORTINA, N. **Desenvolvimento rural sem jovens?** Agropecuária Catarinense, 11(4): 5-8, 1998.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul/dez.2006.

SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F. de; VARGAS, L. P. Artigo: **A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar**, Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 45, Número 2, p. 291-304, Outubro de 2011

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas: o papel das políticas públicas.** Salvador: AATR, 2002.

VARGAS, D. L. de: **Políticas públicas e diversidade na agricultura familiar: um estudo do PRONAF em Cachoeira do Sul/RS.** Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2012.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.

VEIGA, J. E. A opção pela agricultura familiar. In: **Indicadores Econômicos FEE.** Porto Alegre, RS, v. 25, n. 3 p. 127-1463, 1997.

VEIGA, J. E. Delimitando a Agricultura Familiar. **Revista Reforma Agrária.** Campinas, v. 25, nº. 2 e 3, p. 128-141, maio-dez. 1995.

WANDERLEY, M. DE N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual da ANPOCS. GT17. Processos sociaisagrários. CAXAMBU, MG. Outubro1996. Disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acesso em 2015.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo.** 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E
 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXOS

ANEXO A

Mestrando: Sidnei Antônio Cattelan

Orientadora: Dr^a Jana Koefender e Co-orientação Dr^a Solange Beatriz Billig Garces

DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES,
 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE
 JAGUARI/RS

**Roteiro entrevista semiestruturada com Agricultores Familiares da Localidade de
 Ijuapirama – Município de Jaguari/ RS**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1- Nome:-----
- 2-Tempo de atividade na agropecuária:-----
- 3-Reside neste local há quantos anos?-----
- 4 – Quantos filhos tem? Quantos estão na propriedade? Quantos saíram? Por quê? Quantas pessoas vivem na propriedade hoje?-----
- 5-Para realizar as atividades na sua propriedade que tipo de mão de obra utiliza?
- Familiar () Quantos: -----Quais : () jovens () Mulheres
- Contratada () Quantos: () Quantos dias:-----
- Diarista: ----- Quantos: () Quantos dias ao ano:-----
- Assalariado: -----
- 6 - Quais são os meios de produção disponíveis?
- Terra: () Própria, área: ----- () Arrendada, área:----- () Parceria, área:-----

- 7- Usa Mecanização? Quais máquinas utiliza? Próprias? Empréstadas? Não utiliza? -----
- 8 – Qual o sistema produtivo atual, sofreu mudanças, por quê? Qual a atividade principal?-----
- 9- Quais são as políticas públicas a que sua família tem acesso? -----
- 10 – Quais as principais dificuldades enfrentadas para permanecer na propriedade? E o que determina sua permanência? Quais os problemas que ainda persistem? -----
- 11- O que o Senhor planta na propriedade e os tipos de criações? -----
- 12-Destino da produção: -----
- 13-Realiza alguma atividade para complementar a renda? Em quê? -----
- 14-Na sua visão, os filhos devem ou deveriam permanecer na propriedade?
Sim () Não () Por quê?-----
- 15- Como imagina que será o futuro (agricultura familiar e de sua comunidade)?-----
- 16- O senhor indicaria a sua atividade para alguém exercer como profissão? -----
- 17- O que mudou no decorrer do período de 1973 até os dias atuais na sua comunidade?
Como era?
- Questões sociais (festas, bailes, missas, jogos, ...)------
- Questões culturais: (mutirão, alimentação.....)------
- Questões econômicas (formas de venda, sistema de troca...)------
- 18- Por que o senhor acredita que as pessoas abandonam a atividade agrícola? E quem são os que saem (perfil)?-----
- 19- Com que idade as pessoas abandonaram ou saem do campo?-----
- 20- E o futuro, o que imagina para essa região para a agricultura?-----



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E
 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXO B

Mestrando: Sidnei Antônio Cattelan

Orientadora: Dr^a Jana Koefender e Co-orientação Dr^a Solange Beatriz Billig Garces

DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES,
 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE
 JAGUARI/RS

**Roteiro entrevista semiestruturada com as Entidades ligadas ao meio rural no
 Município de Jaguari/RS**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1-Entidade-----
- 2-Descreva como a entidade que dirige trabalha em prol dos agricultores familiares do Município de Jaguari. -----
- 3-Quais as dificuldades que a sua entidade enfrenta para trabalhar em prol dos agricultores familiares do Município de Jaguari? -----
- 4-Quais são as principais políticas públicas aplicadas/ desenvolvidas com os agricultores familiares do Município de Jaguari? -----
- 5- Existe alguma política pública ou movimento para reduzir o êxodo ou a diminuição da força de trabalho no meio rural?-----
- 6 – Qual a importância da agricultura familiar no contexto histórico do Município? -----
- 7 - Como senhor vê o futuro da agricultura familiar no município de Jaguari? -----
- 8- Na visão da entidade que representas qual o futuro das comunidades rurais frente ao processo de envelhecimento e esvaziamento da população rural? -----



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXO C

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNICRUZ – UNIVERSIDADE DE CRUZ
ALTA - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS**. Este é um estudo que explorará as condições sociais, culturais e econômicas e das unidades de produção familiar dos agricultores familiares residentes na localidade de Ijucapirama, Município de Jaguari. A pesquisa terá duração de seis meses com o término previsto para julho de 2015.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será omitido. Os dados coletados serão utilizados apenas **NESTA** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista.

O Sr (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. A presente pesquisa não incorrerá em riscos físicos aos participantes. No entanto a entrevista poderá gerar algum desconforto ou constrangimento visto que algumas perguntas são de cunho

pessoal, sobre sua trajetória de vida. Neste caso, poderá recusar-se a responder essas questões. Também não terá nenhum benefício direto, entretanto espera-se com esse estudo fazer um Diagnóstico das Unidades de Produção Familiares, Transformações Sociais, Culturais e Econômicas no Município de Jaguari, estado do RS.

O Sr (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador - Mestrando Sidnei Cattelan

Assinatura da Orientadora- Dr^a Jana Koefender

TELEFONES: Pesquisador: (55)3321 1500